



ORIGEM DA LICITAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90172/2026
PROCESSO Nº:	P505306/2025
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES V (EMH V), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas nos **Decretos Municipais nº 15.608**, de 31 de março de 2023, **nº 15.595**, de 22 de março de 2023, **nº 15.604**, de 28 de março de 2023 e **nº 13.735**, de 18 de janeiro de 2016, na **Lei Federal nº 14.133**, de 01 de abril de 2021 e na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, **Lei Municipal nº 10.350**, de 28 de maio de 2015 e na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO.
- **DO TIPO DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS.
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO.
- **DO REGIME DE EXECUÇÃO:** POR DEMANDA.
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



***DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sítios compras.fortaleza.ce.gov.br e www.compras.gov.br
2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.
3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do sítio: spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

***DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 24/06/2026.
5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 07/07/2026, às 10 horas.
6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 07/07/2026, às 10 horas.
7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.
8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.



SUMÁRIO:

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
6. DA FASE DE JULGAMENTO
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO
8. DOS RECURSOS
9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90172/2026.

(Processo Administrativo nº P505306/2025)

1. OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é **A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES V (EMH V), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

1.2 A licitação será dividida em **GRUPO/ITENS**, conforme tabela constante no **Anexo I - Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticada diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 O presente certame apresenta-se da seguinte forma:

2.5.1. Os **ITENS 01, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 19, 22, 24 e 26** estão para **AMPLA CONCORRÊNCIA**, onde poderão participar quaisquer interessados.

2.5.2. O **GRUPO 1 (ITENS 15, 16 e 17)** e os **ITENS 18 e 21** estão para **EXCLUSIVA** e os **ITENS 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 20, 23, 25, 27** estão para **COTA RESERVADA**, e se enquadram no disposto no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, tudo em conformidade com o art. 48, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

2.5.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6.1. Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, Lei Municipal nº 10.350/2015 e Decreto Municipal nº 13.735/2016, a proposta de preços deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

2.6.2. Não havendo vencedor para a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, este poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado, ou apresentem proposta aceitável pela Administração.

2.6.3. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

2.6.4. Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS/Das Aquisições Públicas e Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

2.6.5. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do **COMPRASGOV** o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme **ANEXO V - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o **item 2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.7.2 e 2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos **itens 2.7.2 e 2.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o **item 2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação, apenas pelo licitante vencedor.

3.1.1. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

3.1.2. A licitante cadastrada no Sistema COMPRAGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.3. A fase de habilitação está prevista no item 7 deste edital.

3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7. A falsidade da declaração, qualquer que seja, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VII** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **ITEM 3.12** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. “VALOR UNITÁRIO (R\$)” e “VALOR TOTAL (R\$)”, os preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital.

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

4.1.5. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

4.2. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado na **ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO**, presente nos autos do processo em epígrafe, **que terá caráter sigiloso**, conforme a Justificativa de Orçamento Sigiloso, até o final da licitação e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. Entretanto, na disputa de lances, o lance final, deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante da **ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, estes deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Anexo I - Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO** do **ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no **item 5.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.21.2.5. Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza (https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp).

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. Contiver vícios insanáveis;

6.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Anexo I - Termo de Referência**;

6.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o **Anexo I - Termo de Referência** exija a apresentação de amostra e/ou catálogo, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra/catálogo, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra/catálogo fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s)/o(s) amostra(s)/catálogo(s) apresentada/o(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita/o(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(o)s amostra(s)/catálogo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência**.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.3. Os documentos previstos no **Anexo I - Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou **Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR**.

7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Não será admitido a participação de consórcio de empresas conforme **ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.9. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 63, §1º, Lei nº 14.133/2021).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Anexo I - Termo de Referência** somente serão exigidos, **em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas**, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.16. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.10.1**.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS:

8.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.5.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **em campo próprio no sistema no prazo de até 10 (dez) minutos do mencionado ato**, sob pena de preclusão;

8.5.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;

8.5.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



9.3. Encerrada a fase recursal, a autoridade competente do órgão ou entidade adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.3. Homologado o resultado da licitação, o Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

10.4. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

10.5. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços do(s) licitante(s) vencedor(s), bem como será incluído na respectiva ata o registro do(s) licitante(s) que aceitar(em) cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023, ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora

10.6. Quando o licitante vencedor for convocado para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer, recusar-se a assinar ou não comprovar as condições habilitatórias, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá o(a) Pregoeiro(a) convocar outro licitante registrado na Ata, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidos os preços registrados iguais ao do adjudicatário, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.7. As regras referentes ao registro de preço, aos órgãos gerenciador, participantes e não participantes, descumprimento, remanejamento, prazo de vigência, do fornecimento, e demais regras constam da MINUTA DE **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ANEXO III** deste edital.

10.8. O prazo de vigência da presente Ata é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

12.3. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

12.3.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.3.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.3.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.3.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.3.2.4. deixar de apresentar amostra/catálogo;

12.3.2.5. apresentar proposta ou amostra/catálogo, caso exigida no **Anexo I - Termo de Referência**, em desacordo com as especificações do edital;

12.3.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.3.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.3.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.3.2.9. fraudar a licitação

12.3.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.3.2.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.3.2.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.3.2.13. apresentar amostra/catálogo falsificada ou deteriorada, caso exigida no Anexo I - Termo de Referência;

12.3.2.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.3.2.15. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.4. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

12.5. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

12.5.1. Advertência;

12.5.2. Multa;

12.5.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial com a previsão do prazo de 15 (quinze) dias, contido no art. 13, §8º, do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.5.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.5.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 15 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

12.5.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 16 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.5.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à decadência do direito à garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 18 do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

12.5.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os procedimentos descritos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

12.5.12. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

12.5.12.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

12.5.12.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

12.6. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.7. As apurações das responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2023, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

13.3. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

13.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.5. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas**, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, endereçados à **Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

13.6. O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

13.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.3. Será divulgado o Termo de Julgamento no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.12. É facultada ao(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

14.13. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) '<https://www.gov.br/pncp/pt-br>' e endereço eletrônico 'compras.fortaleza.ce.gov.br' e 'www.compras.gov.br'.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Apêndice A - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento

Apêndice B - Modelo de Declaração de Assistência Técnica

Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO V - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO

ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

ANEXO VIII - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11201 | PROCESSO ADM. Nº P505306/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90172/2026 | UASG: 927744

FL. | 24

(documento assinado digitalmente)

RIANE MARIA BARBOSA DE AZEVEDO

Secretária Municipal da Saúde de Fortaleza

DECLARO que após a revisão dos termos do presente Edital constatei que o mesmo está em conformidade com as disposições legais.

(documento assinado digitalmente)

Luciana Matos Alves

Coordenador Jurídico/SMS

OAB/CE nº 25.656



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO:

1. **UNIDADE REQUISITANTE**
2. **DO OBJETO**
3. **DA JUSTIFICATIVA**
4. **ÓRGÃO AUTORIZADOR**
5. **DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**
6. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
7. **QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO**
8. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS**
9. **DA APRESENTAÇÃO DOS CATÁLOGOS**
10. **DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
11. **DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**
12. **DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO**
13. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
14. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
15. **DO PAGAMENTO**
16. **DA FISCALIZAÇÃO**
17. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
18. **DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
19. **DO ÍNDICE DE REAJUSTE**
20. **PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**
21. **DO ACESSO À INFORMAÇÃO**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. **UNIDADE REQUISITANTE:** Secretaria Municipal da Saúde.
2. **DO OBJETO:** CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES V (EMH V), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

2.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento por **DEMANDA**.

3. **DA JUSTIFICATIVA:**

A Rede Pré-Hospitalar e Hospitalar de Fortaleza dispõe de 08 (oito) hospitais — Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura (HDEAM), Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira (HDEBO), Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira (HDMJBO), Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana (HDGMM), Hospital Distrital Gonzaga Mota José Walter (HDGMJW), Hospital Distrital Gonzaga Mota Barra do Ceará (HDGMB), Hospital e Maternidade Dra. Zilda Arns Neumann (HMDZAN) e Hospital Infantil de Fortaleza Dra. Lúcia de Fátima Ribeiro Guimarães Sá (HIF) —, além do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e das 06 (seis) Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24h, localizadas nos bairros Cristo Redentor, Itaperi, Bom Jardim, Edson Queiroz, Vila Velha e Jangurussu. Todos esses estabelecimentos assistenciais de saúde encontram-se sob a responsabilidade da Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH, da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, com parque de Equipamentos Médico-Hospitalares (EMHs) próprio, dimensionado conforme o perfil assistencial e as necessidades operacionais de cada unidade.

Ao longo dos últimos anos, observa-se um processo de obsolescência progressiva do parque tecnológico, agravado pelo desgaste natural decorrente do uso contínuo, pela alta taxa de falhas e quebras e pelo crescimento expressivo da demanda assistencial em setores críticos como emergências, centros cirúrgicos, UTIs e unidades de transporte de pacientes. Grande parte dos equipamentos atualmente em operação ultrapassou o ciclo de vida útil recomendado pelos fabricantes e apresenta limitações técnicas e dificuldade de reposição de peças, o que tem impactado diretamente a eficiência dos atendimentos e a segurança dos pacientes.

Tais condições comprometem a resposta operacional da rede hospitalar e pré-hospitalar, uma vez que os equipamentos de suporte à vida, mesas cirúrgicas e de apoio à realização de cirurgias são indispensáveis ao funcionamento contínuo e seguro dos serviços de saúde. Além disso, a ampliação de leitos e a modernização de setores estratégicos — tanto hospitalares quanto de urgência — requerem disponibilidade tecnológica compatível com os parâmetros assistenciais definidos pelas normas sanitárias e pelas boas práticas de engenharia clínica.

Dessa forma, a presente contratação visa renovar, complementar e padronizar o parque de equipamentos médico-hospitalares das unidades sob gestão da COREPH, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, a redução de riscos assistenciais e a conformidade com as Resoluções da ANVISA, em especial as RDC nº 7/2010, RDC nº 50/2002 e RDC nº 509/2021, que estabelecem requisitos mínimos de infraestrutura tecnológica e de segurança em estabelecimentos de saúde.

A medida permitirá:

- aumento da confiabilidade operacional dos equipamentos, com redução de falhas e tempo de inatividade;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- melhoria da qualidade assistencial e segurança do paciente, em consonância com as políticas nacionais de atenção hospitalar;
- racionalização de custos de manutenção, mediante substituição de tecnologias obsoletas;
- padronização e integração da gestão dos ativos tecnológicos sob responsabilidade da Engenharia Clínica/COREPH;
- efetividade na gestão de riscos e alinhamento ao planejamento estratégico da SMS, conforme preconizado no Plano de Contratações Anual (PCA) .

Portanto, a contratação proposta é tecnicamente indispensável e de interesse público, uma vez que se destina a garantir o pleno funcionamento das unidades assistenciais, prevenir descontinuidade de serviços essenciais e atender às diretrizes de qualidade e segurança em saúde.

4. ÓRGÃO AUTORIZADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS.**5. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):**

5.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA - SELIFOR será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.

5.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza - SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro-Fortaleza – Ceará.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza - SMS, consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
25901	10.302.0123.1003.0051	449052	0.150010020000

7. QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO:

ITEM 01 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	3608204	606599	Descrição: BERÇO DE ACRÍLICO COM SUPORTE MÓVEL PARA CUIDADOS NEONATAIS. - Descrição complementar: Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo, aço inoxidável ou material de resistência equivalente, de superfície lisa, resistente e de fácil higienização. Estrutura de sustentação podendo ser	UNIDADE	63

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			<p>em coluna central ou em 04 apoios, conforme projeto do fabricante. Base dotada de no mínimo 04 rodízios, sendo no mínimo 02 com travas de segurança; diâmetro mínimo dos rodízios: 100 mm. Berço em acrílico transparente, resistente a impactos, de cantos arredondados e de fácil higienização, instalado na parte superior da estrutura de sustentação, em posição centralizada sobre a base. Dimensões internas mínimas do berço: 700 mm (comprimento) x 400 mm (largura) x 250 mm (profundidade). Dimensões externas máximas do equipamento: 950 mm (comprimento) x 600 mm (largura) x 1000 mm (altura). Inclinação do berço ajustável, com pelo menos 02 posições (Trendelenburg e reverso). Suporte do berço com regulagem de altura mínima de 200 mm. Bandeja ou prateleiras inferiores, em material metálico ou plástico de engenharia resistente, destinadas ao transporte de utensílios, acessórios ou pequenos materiais hospitalares. Capacidade mínima de carga do berço: 20 kg. Superfícies de apoio sem frestas, resistentes a desinfetantes hospitalares. Atender aos requisitos de segurança elétrica da norma ABNT NBR IEC 60601-1 (quando aplicável). Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Fornecimento de manual de operação em português, em meio físico e digital. Possuir registro válido na ANVISA.</p>		
--	--	--	--	--	--

ITEM 02 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	3608204	606599	<p>Descrição: BERÇO DE ACRÍLICO COM SUPORTE MÓVEL PARA CUIDADOS NEONATAIS. - Descrição complementar: Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo, aço inoxidável ou material de resistência equivalente, de superfície lisa, resistente e de fácil higienização. Estrutura de sustentação podendo ser em coluna central ou em 04 apoios, conforme projeto do fabricante. Base dotada de no mínimo 04 rodízios, sendo no mínimo 02 com travas de segurança; diâmetro mínimo dos rodízios: 100 mm. Berço em acrílico transparente, resistente a impactos, de cantos</p>	UNIDADE	20

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			arredondados e de fácil higienização, instalado na parte superior da estrutura de sustentação, em posição centralizada sobre a base. Dimensões internas mínimas do berço: 700 mm (comprimento) x 400 mm (largura) x 250 mm (profundidade). Dimensões externas máximas do equipamento: 950 mm (comprimento) x 600 mm (largura) x 1000 mm (altura). Inclinação do berço ajustável, com pelo menos 02 posições (Trendelenburg e reverso). Suporte do berço com regulagem de altura mínima de 200 mm. Bandeja ou prateleiras inferiores, em material metálico ou plástico de engenharia resistente, destinadas ao transporte de utensílios, acessórios ou pequenos materiais hospitalares. Capacidade mínima de carga do berço: 20 kg. Superfícies de apoio sem frestas, resistentes a desinfetantes hospitalares. Atender aos requisitos de segurança elétrica da norma ABNT NBR IEC 60601-1 (quando aplicável). Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Fornecimento de manual de operação em português, em meio físico e digital. Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	---	--	--

ITEM 03 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
3	3608194	443207	Descrição: BERÇO COM FOTOTERAPIA ACOPLADA PARA TRATAMENTO DE ICTERÍCIA NEONATAL. Descrição complementar: O equipamento deverá ser destinado a cuidados neonatais, com sistema de aquecimento radiante superior e módulo de fototerapia que possa ser integrado à estrutura do berço, não sendo aceitos modelos fixados com adaptações inseguras para os operadores e/ou paciente. A estrutura deve ser confeccionada em material resistente à oxidação, de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, possuir altura regulável e rodízios de diâmetro mínimo de 100mm (4”), sendo ao menos dois com travas de segurança. O sistema de aquecimento deverá utilizar elemento radiante de quartzo, cerâmica ou halógeno, controlado por microprocessador, com ajuste de intensidade em no mínimo 10 níveis. Deverá dispor de, no mínimo, modos de	UNIDADE	10

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			<p>operação manual e servo-controlado por temperatura cutânea, com faixa de controle de 34 °C a 37,5 °C e precisão mínima de $\pm 0,2$ °C. São obrigatórios alarmes sonoros e visuais para falha de energia, alta e baixa temperatura cutânea e desconexão de sensor. O equipamento deverá ser fornecido com no mínimo 05 sensores de pele reutilizáveis compatíveis e possuir display digital ou tela LCD que permita a visualização simultânea da temperatura programada, temperatura medida, modo de operação e alarmes ativos. O sistema de fototerapia, integrado ao berço, deverá ter fonte de emissão em LED azul de alta intensidade, com comprimento de onda entre 430 e 490 nm. A irradiância deverá ser ajustável em pelo menos três níveis, com valor máximo igual ou superior a 30 $\mu\text{W}/\text{cm}^2/\text{nm}$, medida a uma distância de 30 a 40 cm da superfície do paciente. A vida útil mínima dos LEDs deverá ser de 30.000 horas. O posicionamento do sistema deverá permitir incidência uniforme sobre o recém-nascido e o fornecimento inicial deverá incluir no mínimo 05 protetores oculares neonatais descartáveis. O leito deverá dispor de colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável. Deverá acompanhar suporte para soro e bandeja auxiliar removível. A alimentação elétrica deverá ser de 220 V ou bivolt automático, 60 Hz. O equipamento deverá atender à norma ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e à ABNT NBR IEC 60601-2-21 (requisitos específicos para aquecedores radiantes neonatais), além de possuir registro junto à ANVISA, em conformidade com a RDC 751/2022. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. O fornecedor deverá disponibilizar manual em português em meio físico e digital. O treinamento deverá ser ministrado presencialmente,</p>	
--	--	--	---	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			no local de instalação, para a equipe técnica e assistencial de cada unidade contemplada, abrangendo operação e manutenção preventiva de primeiro nível, não sendo admitido treinamento a distância. Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	---	--	--

ITEM 04 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
4	3608194	443207	Descrição: BERÇO COM FOTOTERAPIA ACOPLADA PARA TRATAMENTO DE ICTERÍCIA NEONATAL. Descrição complementar: O equipamento deverá ser destinado a cuidados neonatais, com sistema de aquecimento radiante superior e módulo de fototerapia que possa ser integrado à estrutura do berço, não sendo aceitos modelos fixados com adaptações inseguras para os operadores e/ou paciente. A estrutura deve ser confeccionada em material resistente à oxidação, de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, possuir altura regulável e rodízios de diâmetro mínimo de 100mm (4”), sendo ao menos dois com travas de segurança. O sistema de aquecimento deverá utilizar elemento radiante de quartzo, cerâmica ou halógeno, controlado por microprocessador, com ajuste de intensidade em no mínimo 10 níveis. Deverá dispor de, no mínimo, modos de operação manual e servo-controlado por temperatura cutânea, com faixa de controle de 34 °C a 37,5 °C e precisão mínima de ± 0,2 °C. São obrigatórios alarmes sonoros e visuais para falha de energia, alta e baixa temperatura cutânea e desconexão de sensor. O equipamento deverá ser fornecido com no mínimo 05 sensores de pele reutilizáveis compatíveis e possuir display digital ou tela LCD que permita a visualização simultânea da temperatura programada, temperatura medida, modo de operação e alarmes ativos. O sistema de fototerapia, integrado ao berço, deverá ter fonte de emissão em LED azul de alta intensidade, com comprimento de onda entre 430 e 490 nm. A irradiância deverá ser ajustável em pelo menos três níveis, com valor máximo igual ou superior a 30	UNIDADE	03

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			<p>µW/cm²/nm, medida a uma distância de 30 a 40 cm da superfície do paciente. A vida útil mínima dos LEDs deverá ser de 30.000 horas. O posicionamento do sistema deverá permitir incidência uniforme sobre o recém-nascido e o fornecimento inicial deverá incluir no mínimo 05 protetores oculares neonatais descartáveis. O leito deverá dispor de colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável. Deverá acompanhar suporte para soro e bandeja auxiliar removível. A alimentação elétrica deverá ser de 220 V ou bivolt automático, 60 Hz. O equipamento deverá atender à norma ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e à ABNT NBR IEC 60601-2-21 (requisitos específicos para aquecedores radiantes neonatais), além de possuir registro junto à ANVISA, em conformidade com a RDC 751/2022. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. O fornecedor deverá disponibilizar manual em português em meio físico e digital. O treinamento deverá ser ministrado presencialmente, no local de instalação, para a equipe técnica e assistencial de cada unidade contemplada, abrangendo operação e manutenção preventiva de primeiro nível, não sendo admitido treinamento a distância. Possuir registro válido na ANVISA.</p>		
--	--	--	--	--	--

ITEM 05 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
5	3567012	443212	Descrição: INCUBADORA DE TRANSPORTE EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA PROPORCIONAR SUPORTE À VIDA, DURANTE O TRANSPORTE DE RECÉM-NASCIDOS EM AMBIENTE ADEQUADO DE UMIDADE, TEMPERATURA E OXIGENAÇÃO.	UNIDADE	10

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			<p>POSSUIR CÚPULA CONSTRUÍDA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, COM PAREDES DUPLAS EM TODA SUA SUPERFÍCIE PARA PROTEÇÃO DO PACIENTE CONTRA PERDA DE CALOR; BASE EM MATERIAL PLÁSTICO DE ENGENHARIA; POSSUIR ALÇAS PARA TRANSPORTE; POSSUIR DOIS SUPORTES PARA CILINDROS DE GASES MEDICINAIS COM RÁPIDA RETIRADA E REINSTALAÇÃO MANUAL PARA RECARGA; PORTAS DE ACESSO FRONTAL E LATERAL AMBAS COM PAREDE DUPLA; POSSUIR PELO MENOS 2 PORTINHAS COM MANGA PUNHO E GUARNIÇÕES AUTOCLAVÁVEIS EM SILICONE ATÓXICO E 1 PORTINHOLA TIPO ÍRIS PARA PASSAGEM DE TUBOS E DRENOS. - Descrição complementar: Destinada ao transporte intra-hospitalar e Inter hospitalar de recém-nascidos, deve garantir condições adequadas de temperatura, oxigenação, segurança e monitorização. A capota/cúpula deve ser confeccionada em material transparente de parede dupla, permitindo isolamento térmico adequado, com acesso ao paciente por portinholas frontais e laterais, dotadas de mangas de silicone flexíveis que permitam a manipulação sem perda significativa de calor. O equipamento deve possuir para-choque perimetral e colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável. A estrutura deve possuir sistema de fixação seguro para ambulância ou maca de transporte hospitalar e rodízios de no mínimo 125 mm de diâmetro, com freio em pelo menos duas rodas, quando em base móvel. O sistema de aquecimento deve operar por convecção, com controle microprocessado, oferecendo faixa de ajuste de temperatura entre 32 °C e 38 °C, com estabilidade de $\pm 0,5$ °C. Deve possuir alarmes visuais e sonoros para alta e baixa temperatura, bem como no mínimo 05 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis. O equipamento deve apresentar sistema de umidificação por espuma de retenção sob o leito e filtro de ar bacteriológico com capacidade mínima de retenção de 0,5 μm. Devem estar presentes alarmes</p>	
--	--	--	---	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			<p>visuais e sonoros para falha de energia, baixa carga de bateria, falha de sensor, superaquecimento e falha de circulação de ar, além de display digital para visualização da temperatura ambiente e da temperatura selecionada, com retenção de memória do último valor ajustado, mesmo após desligamento. A alimentação elétrica deve ser por rede elétrica de 220 V ou bivolt automático, 60 Hz, e por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 4 horas de operação contínua e possibilidade de recarga durante o funcionamento conectado à rede. O equipamento deve possuir, obrigatoriamente, espaço e suportes integrados para o transporte de 02 (dois) cilindros de gases medicinais (Oxigênio e Ar Comprimido). Os suportes devem permitir a rápida retirada e reinstalação manual para recarga. Devem acompanhar o equipamento 01 (um) cilindro de Oxigênio e 01 (um) cilindro de Ar Comprimido, ambos padrão E (ou equivalente), confeccionados em alumínio, com válvulas compatíveis com o sistema de gases do equipamento, suporte para fluxômetro de oxigênio e espaço para instalação de ventilador de transporte, quando necessário. O equipamento deve dispor de iluminação auxiliar com haste flexível, de baixa intensidade e antiofuscante, entradas pass-through para cabos, sondas e tubos, com portinholas tipo íris ou equivalentes, e suporte de soro integrado. Deve atender integralmente à RDC ANVISA nº 751/2022, às normas ABNT NBR IEC 60601-1, IEC 60601-1-2 e IEC 60601-2-20, além de possuir registro junto ao INMETRO, quando aplicável. Deverão acompanhar o fornecimento, no mínimo, 05 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis, 01 colchão removível conforme especificado, 01 kit de baterias recarregáveis, 02 suportes para cilindros de oxigênio, 01 suporte de soro, 01 sistema de iluminação auxiliar e manual de operação em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra.</p>	
--	--	--	---	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%.		
--	--	--	--	--	--

ITEM 06 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
6	3567012	443212	<p>Descrição: INCUBADORA DE TRANSPORTE EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA PROPORCIONAR SUPORTE À VIDA, DURANTE O TRANSPORTE DE RECÉM-NASCIDOS EM AMBIENTE ADEQUADO DE UMIDADE, TEMPERATURA E OXIGENAÇÃO. POSSUIR CÚPULA CONSTRUÍDA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, COM PAREDES DUPLAS EM TODA SUA SUPERFÍCIE PARA PROTEÇÃO DO PACIENTE CONTRA PERDA DE CALOR; BASE EM MATERIAL PLÁSTICO DE ENGENHARIA; POSSUIR ALÇAS PARA TRANSPORTE; POSSUIR DOIS SUPORTES PARA CILINDROS DE GASES MEDICINAIS COM RÁPIDA RETIRADA E REINSTALAÇÃO MANUAL PARA RECARGA; PORTAS DE ACESSO FRONTAL E LATERAL AMBAS COM PAREDE DUPLA; POSSUIR PELO MENOS 2 PORTINHAS COM MANGA PUNHO E GUARNIÇÕES AUTOCLAVÁVEIS EM SILICONE ATÓXICO E 1 PORTINHOLA TIPO ÍRIS PARA PASSAGEM DE TUBOS E DRENOS. - Descrição complementar: Destinada ao transporte intra-hospitalar e Inter hospitalar de recém-nascidos, deve garantir condições adequadas de temperatura, oxigenação, segurança e monitorização. A capota/cúpula deve ser confeccionada em material transparente de parede dupla, permitindo isolamento térmico adequado, com acesso ao paciente por portinholas frontais e laterais, dotadas de mangas de silicone flexíveis que permitam a manipulação sem perda significativa de calor. O equipamento deve possuir para-choque perimetral e colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável. A estrutura deve possuir sistema de fixação seguro para ambulância ou maca de</p>	UNIDADE	03

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



		<p>transporte hospitalar e rodízios de no mínimo 125 mm de diâmetro, com freio em pelo menos duas rodas, quando em base móvel. O sistema de aquecimento deve operar por convecção, com controle microprocessado, oferecendo faixa de ajuste de temperatura entre 32 °C e 38 °C, com estabilidade de $\pm 0,5$ °C. Deve possuir alarmes visuais e sonoros para alta e baixa temperatura, bem como no mínimo 05 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis. O equipamento deve apresentar sistema de umidificação por espuma de retenção sob o leito e filtro de ar bacteriológico com capacidade mínima de retenção de 0,5 μm. Devem estar presentes alarmes visuais e sonoros para falha de energia, baixa carga de bateria, falha de sensor, superaquecimento e falha de circulação de ar, além de display digital para visualização da temperatura ambiente e da temperatura selecionada, com retenção de memória do último valor ajustado, mesmo após desligamento. A alimentação elétrica deve ser por rede elétrica de 220 V ou bivolt automático, 60 Hz, e por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 4 horas de operação contínua e possibilidade de recarga durante o funcionamento conectado à rede. O equipamento deve possuir, obrigatoriamente, espaço e suportes integrados para o transporte de 02 (dois) cilindros de gases medicinais (Oxigênio e Ar Comprimido). Os suportes devem permitir a rápida retirada e reinstalação manual para recarga. Devem acompanhar o equipamento 01 (um) cilindro de Oxigênio e 01 (um) cilindro de Ar Comprimido, ambos padrão E (ou equivalente), confeccionados em alumínio, com válvulas compatíveis com o sistema de gases do equipamento, suporte para fluxômetro de oxigênio e espaço para instalação de ventilador de transporte, quando necessário. O equipamento deve dispor de iluminação auxiliar com haste flexível, de baixa intensidade e antiofuscante, entradas pass-through para cabos, sondas e tubos, com portinholas tipo íris ou equivalentes, e suporte de soro integrado. Deve atender integralmente à RDC ANVISA nº 751/2022, às normas ABNT NBR IEC 60601-1, IEC 60601-1-2 e IEC 60601-2-20, além de possuir registro junto ao INMETRO, quando aplicável. Deverão acompanhar o fornecimento, no mínimo, 05 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis, 01 colchão removível conforme especificado, 01 kit de baterias recarregáveis, 02 suportes para cilindros de oxigênio, 01 suporte de soro, 01 sistema de iluminação auxiliar e manual de operação em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento,</p>	
--	--	--	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%.		
--	--	--	--	--	--

ITEM 07 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
7	3608911	443213	Descrição: INCUBADORA NEONATAL DE CUIDADOS INTENSIVOS. - Descrição complementar: Equipamento Incubadora Neonatal de Cuidados Intensivos – aplicação: destinada ao cuidado intensivo de recém-nascidos prematuros ou criticamente enfermos, garantindo ambiente termo-neutro, monitoramento contínuo e acesso rápido para procedimentos médicos. A incubadora deverá possuir estrutura com cúpula dupla transparente em material resistente a impactos, com portinholas e entradas com mangas para manipulação segura, permitindo no mínimo quatro aberturas de acesso, assegurando acesso rápido e prático ao paciente. O sistema de aquecimento deverá ser servocontrolado por microprocessador, com faixa de temperatura ajustável de 30 °C a 39 °C, precisão mínima de $\pm 0,1$ °C e tempo de resposta inferior a 10 segundos, possibilitando o controle de temperatura, de, no mínimo, dois modos: manual e servo-controlado por sensor cutâneo. O equipamento deverá acompanhar no mínimo três sensores cutâneos reutilizáveis para controle de temperatura, compatíveis com o devido processo de higienização. O sistema de umidificação deverá ser ativo, com faixa regulável de umidade relativa entre 40% e 95%, com controle automático e display digital da umidade. Deverá possuir sistema de circulação de ar com filtros substituíveis, que assegurem renovação mínima de dez trocas por	UNIDADE	12

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			<p>hora, garantindo fluxo laminar e baixo nível de ruído inferior a 55 dB. O leito interno deverá possuir dimensões mínimas de 65 cm por 35 cm, regulável em inclinação de até 12° para cabeceira e pés. O colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável, em quantidade mínima de três unidades. A incubadora deverá possuir portas de acesso rápido para procedimentos emergenciais, com travas de segurança. O display digital deverá apresentar visualização simultânea de temperatura cutânea, temperatura do ar, temperatura ajustada, nível de potência aplicada e umidade relativa. O equipamento deverá dispor de alarmes sonoros e visuais para temperatura alta ou baixa, falha de sensor, falha de energia, falha de aquecimento e níveis de umidade fora da faixa ajustada. A incubadora deverá possuir bateria interna para suporte a alarmes ativos em caso de queda de energia. A estrutura deverá ser montada sobre rodízios com diâmetro mínimo de 100 mm, sendo no mínimo dois com trava. O grau de proteção elétrica deverá ser no mínimo IPX1, em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 60601-1, e compatível com normas IEC 60601-2-19 específicas para incubadoras neonatais. O equipamento deverá operar em alimentação elétrica de 220V ± 10% ou bivolt automático. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Deverá acompanhar manual de operação em português, em meio físico e digital. O fornecimento deverá incluir treinamento presencial, realizado in loco, para cada unidade contemplada, abrangendo operação, limpeza e manutenção de primeiro nível, com registro de presença e carga horária mínima de oito horas. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio</p>	
--	--	--	--	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			(blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%. O equipamento também deve possuir sistema servo-controlado de oxigênio.		
--	--	--	---	--	--

ITEM 08 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
8	3608911	443213	Descrição: INCUBADORA NEONATAL DE CUIDADOS INTENSIVOS. - Descrição complementar: Equipamento Incubadora Neonatal de Cuidados Intensivos – aplicação: destinada ao cuidado intensivo de recém-nascidos prematuros ou criticamente enfermos, garantindo ambiente termo-neutro, monitoramento contínuo e acesso rápido para procedimentos médicos. A incubadora deverá possuir estrutura com cúpula dupla transparente em material resistente a impactos, com portinholas e entradas com mangas para manipulação segura, permitindo no mínimo quatro aberturas de acesso, assegurando acesso rápido e prático ao paciente. O sistema de aquecimento deverá ser servocontrolado por microprocessador, com faixa de temperatura ajustável de 30 °C a 39 °C, precisão mínima de $\pm 0,1$ °C e tempo de resposta inferior a 10 segundos, possibilitando o controle de temperatura, de, no mínimo, dois modos: manual e servo-controlado por sensor cutâneo. O equipamento deverá acompanhar no mínimo três sensores cutâneos reutilizáveis para controle de temperatura, compatíveis com o devido processo de higienização. O sistema de umidificação deverá ser ativo, com faixa regulável de umidade relativa entre 40% e 95%, com controle automático e display digital da umidade. Deverá possuir sistema de circulação de ar com filtros substituíveis, que assegurem renovação mínima de dez trocas por hora, garantindo fluxo laminar e baixo nível de ruído inferior a 55 dB. O leito interno deverá possuir dimensões mínimas de 65 cm por 35 cm, regulável	UNIDADE	03

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



		<p>em inclinação de até 12° para cabeça e pés. O colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável, em quantidade mínima de três unidades. A incubadora deverá possuir portas de acesso rápido para procedimentos emergenciais, com travas de segurança. O display digital deverá apresentar visualização simultânea de temperatura cutânea, temperatura do ar, temperatura ajustada, nível de potência aplicada e umidade relativa. O equipamento deverá dispor de alarmes sonoros e visuais para temperatura alta ou baixa, falha de sensor, falha de energia, falha de aquecimento e níveis de umidade fora da faixa ajustada. A incubadora deverá possuir bateria interna para suporte a alarmes ativos em caso de queda de energia. A estrutura deverá ser montada sobre rodízios com diâmetro mínimo de 100 mm, sendo no mínimo dois com trava. O grau de proteção elétrica deverá ser no mínimo IPX1, em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 60601-1, e compatível com normas IEC 60601-2-19 específicas para incubadoras neonatais. O equipamento deverá operar em alimentação elétrica de 220V ± 10% ou bivolt automático. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Deverá acompanhar manual de operação em português, em meio físico e digital. O fornecimento deverá incluir treinamento presencial, realizado in loco, para cada unidade contemplada, abrangendo operação, limpeza e manutenção de primeiro nível, com registro de presença e carga horária mínima de oito horas. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o</p>	
--	--	--	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%. O equipamento também deve possuir sistema servo-controlado de oxigênio.		
--	--	--	---	--	--

ITEM 09– AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
9	3608205	443179	Descrição: BERÇO AQUECIDO PARA CUIDADOS NEONATAIS. Descrição complementar: Deverá possuir estrutura móvel sobre rodízios com diâmetro mínimo de 100 mm, sendo no mínimo dois com trava, leito plano com laterais transparentes e removíveis que permitam acesso rápido ao recém-nascido, e ajuste de altura em relação ao chão entre 80 cm e 110 cm. O sistema de aquecimento deverá ser por radiação infravermelha, com elemento aquecedor protegido contra contato acidental, operando em dois modos: manual e com ajuste de potência servo-controlado por sensor cutâneo na faixa de 34 °C a 37,5 °C. O tempo de resposta do aquecimento deve ser de no máximo 10 segundos após ajuste, assegurando distribuição homogênea do calor em toda a superfície do leito. O equipamento deverá acompanhar no mínimo 05 sensores cutâneos reutilizáveis para controle de temperatura, apresentar display digital com visualização simultânea da temperatura da pele, da temperatura ajustada e do nível de potência aplicada, além de alarmes visuais e sonoros para situações de hipotermia ou hipertermia (variação superior a $\pm 0,5$ °C do valor ajustado), falha ou desconexão de sensor e falha do sistema de aquecimento. Deverá contar com timer/cronômetro digital integrado, luz de exame acoplada com acionamento independente, bandeja ou suporte inferior para armazenamento de materiais e possibilidade de instalação de acessórios universais, como suporte de soro e balança, quando necessário. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático, 60 Hz, atendendo aos requisitos de segurança elétrica da ABNT NBR IEC 60601-1 e aos requisitos específicos da IEC 60601-2-21. O sistema deve possuir proteção	UNIDADE	34

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			contra sobreaquecimento e falhas elétricas. Deverão acompanhar como acessórios mínimos: 05 sensores cutâneos reutilizáveis e 01 suporte de soro universal. O equipamento deverá ser fornecido com manual de operação e manutenção em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	--	--	--

ITEM 10 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
10	3608205	443179	Descrição: BERÇO AQUECIDO PARA CUIDADOS NEONATAIS. Descrição complementar: Deverá possuir estrutura móvel sobre rodízios com diâmetro mínimo de 100 mm, sendo no mínimo dois com trava, leito plano com laterais transparentes e removíveis que permitam acesso rápido ao recém-nascido, e ajuste de altura em relação ao chão entre 80 cm e 110 cm. O sistema de aquecimento deverá ser por radiação infravermelha, com elemento aquecedor protegido contra contato acidental, operando em dois modos: manual e com ajuste de potência servo-controlado por sensor cutâneo na faixa de 34 °C a 37,5 °C. O tempo de resposta do aquecimento deve ser de no máximo 10 segundos após ajuste, assegurando distribuição homogênea do calor em toda a superfície do leito. O equipamento deverá acompanhar no mínimo 05 sensores cutâneos reutilizáveis para controle de temperatura, apresentar display digital com visualização simultânea da temperatura da pele, da temperatura ajustada e do nível de potência aplicada, além de alarmes visuais e sonoros para situações de hipotermia ou hipertermia (variação superior a $\pm 0,5$ °C do valor ajustado), falha ou desconexão de sensor e falha do sistema de aquecimento. Deverá contar com timer/cronômetro digital integrado, luz de exame acoplada com acionamento	UNIDADE	11

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			independente, bandeja ou suporte inferior para armazenamento de materiais e possibilidade de instalação de acessórios universais, como suporte de soro e balança, quando necessário. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático, 60 Hz, atendendo aos requisitos de segurança elétrica da ABNT NBR IEC 60601-1 e aos requisitos específicos da IEC 60601-2-21. O sistema deve possuir proteção contra sobreaquecimento e falhas elétricas. Deverão acompanhar como acessórios mínimos: 05 sensores cutâneos reutilizáveis e 01 suporte de soro universal. O equipamento deverá ser fornecido com manual de operação e manutenção em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	--	--	--

ITEM 11 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
11	3608206	443179	Descrição: BERÇO AQUECIDO COM SISTEMA DE REANIMAÇÃO NEONATAL. Descrição complementar: O equipamento deverá possuir estrutura em material resistente à corrosão, de fácil higienização, com superfície de colchão plana e retangular, em dimensões mínimas de 65 cm x 40 cm, com encostos laterais e frontais removíveis ou rebatíveis, que permitam amplo acesso da equipe. Deverá ser provido de rodízios com diâmetro mínimo de 125 mm, sendo pelo menos dois com travas de segurança, e altura da plataforma do colchão ajustável entre 80 cm e 100 cm. O sistema de aquecimento deverá ser por radiação infravermelha, com elemento protegido contra contato direto, possuindo controle microprocessado com modos manual (em potência) e servo-controlado (por sensor cutâneo). A faixa de controle de temperatura cutânea deverá ser de 34,0 °C a 37,5 °C, com incrementos de 0,1 °C. O equipamento	UNIDADE	08

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			<p>deverá possuir alarmes audiovisuais para alta e baixa temperatura, falha de sensor e falha de energia. Deverão ser fornecidos, no mínimo, 05 (cinco) sensores cutâneos de temperatura por unidade. O sistema de reanimação neonatal deverá ser acoplado ao berço, contemplando misturador de gases ar/O₂, com ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO₂) entre 21% e 100%, fluxo contínuo de 0 a 15 L/min, válvula limitadora de pressão (PIP) ajustável até pelo menos 60 cmH₂O, pressão expiratória positiva contínua (PEEP) ajustável até pelo menos 10 cmH₂O, e manômetro com escala de 0 a 100 cmH₂O. Deverá possuir tomadas para conexão a gases medicinais, ser compatível com ventilação por balão autoinflável ou peça em "T", e prever suporte para cilindro de oxigênio quando necessário. O equipamento deverá possuir display digital para visualização dos parâmetros de aquecimento e alarmes, proteção contra sobreaquecimento com desligamento automático e alarmes visuais e sonoros com níveis diferenciados de prioridade. Deverão acompanhar o equipamento, como acessórios mínimos: 01 (um) colchão com capa impermeável, lavável, resistente a desinfetantes hospitalares e atóxica; 05 (cinco) sensores cutâneos de temperatura; 01 (uma) peça em "T" e 01 (um) balão autoinflável neonatal. O equipamento deverá operar em rede elétrica de 220 V ±10%, 60 Hz, ou ser bivolt automático, atendendo aos requisitos de segurança da norma ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-2-21. Deverá possuir registro no Ministério da Saúde/ANVISA, em conformidade com a RDC 751/2022, e atender às disposições da RDC 611/2022. O fornecedor deverá entregar o manual do usuário em português, em meio físico e digital, bem como garantir a assistência técnica autorizada em território nacional. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA</p>		
--	--	--	---	--	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ITEM 12 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
12	3608206	443179	<p>Descrição: BERÇO AQUECIDO COM SISTEMA DE REANIMAÇÃO NEONATAL.</p> <p>Descrição complementar: O equipamento deverá possuir estrutura em material resistente à corrosão, de fácil higienização, com superfície de colchão plana e retangular, em dimensões mínimas de 65 cm x 40 cm, com encostos laterais e frontais removíveis ou rebatíveis, que permitam amplo acesso da equipe. Deverá ser provido de rodízios com diâmetro mínimo de 125 mm, sendo pelo menos dois com travas de segurança, e altura da plataforma do colchão ajustável entre 80 cm e 100 cm. O sistema de aquecimento deverá ser por radiação infravermelha, com elemento protegido contra contato direto, possuindo controle microprocessado com modos manual (em potência) e servo-controlado (por sensor cutâneo). A faixa de controle de temperatura cutânea deverá ser de 34,0 °C a 37,5 °C, com incrementos de 0,1 °C. O equipamento deverá possuir alarmes audiovisuais para alta e baixa temperatura, falha de sensor e falha de energia. Deverão ser fornecidos, no mínimo, 05 (cinco) sensores cutâneos de temperatura por unidade. O sistema de reanimação neonatal deverá ser acoplado ao berço, contemplando misturador de gases ar/O₂, com ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO₂) entre 21% e 100%, fluxo contínuo de 0 a 15 L/min, válvula limitadora de pressão (PIP) ajustável até pelo menos 60 cmH₂O, pressão expiratória positiva contínua (PEEP) ajustável até pelo menos 10 cmH₂O, e manômetro com escala de 0 a 100 cmH₂O. Deverá possuir tomadas para conexão a gases medicinais, ser compatível com ventilação por balão autoinflável ou peça em “T”, e prever suporte para cilindro de oxigênio quando necessário. O equipamento deverá possuir display digital para visualização dos parâmetros de aquecimento e alarmes, proteção contra sobreaquecimento com desligamento automático e alarmes visuais e sonoros com níveis diferenciados de prioridade. Deverão</p>	UNIDADE	02

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			acompanhar o equipamento, como acessórios mínimos: 01 (um) colchão com capa impermeável, lavável, resistente a desinfetantes hospitalares e atóxica; 05 (cinco) sensores cutâneos de temperatura; 01 (uma) peça em "T" e 01 (um) balão autoinflável neonatal. O equipamento deverá operar em rede elétrica de 220 V \pm 10%, 60 Hz, ou ser bivolt automático, atendendo aos requisitos de segurança da norma ABNT NBR IEC 60601-1 e IEC 60601-2-21. Deverá possuir registro no Ministério da Saúde/ANVISA, em conformidade com a RDC 751/2022, e atender às disposições da RDC 611/2022. O fornecedor deverá entregar o manual do usuário em português, em meio físico e digital, bem como garantir a assistência técnica autorizada em território nacional. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA		
--	--	--	--	--	--

ITEM 13 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



13	3608208	377113	<p>Descrição: BILIRRUBINÔMETRO TRANSCUTÂNEO PARA AVALIAÇÃO DE ICTERÍCIA NEONATAL. - Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado à medição não invasiva dos níveis de bilirrubina em recém-nascidos por meio da pele, sem necessidade de coleta de sangue. A medição deverá ser transcutânea, com leitura imediata e apresentação direta dos resultados em tela. A faixa de medição deverá ser de pelo menos 0 a 20 mg/dL, com precisão máxima de $\pm 1,5$ mg/dL na faixa clínica de 0 a 15 mg/dL e resolução mínima de 0,1 mg/dL. O equipamento deverá possuir display digital integrado, de fácil leitura, com indicação clara dos valores medidos, e memória interna com capacidade para armazenar no mínimo 50 medições. Deverá dispor de interface para exportação de dados por cabo USB e sistema de calibração automática ou dispositivo de calibração incluso. A alimentação deverá ocorrer por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo, sendo obrigatória a possibilidade de substituição da bateria ao fim de sua vida útil, não sendo a mesma soldada ou de outra forma que dificulte a substituição. O equipamento deverá dispor de sinalização visual ou sonora para bateria fraca e para falhas de leitura. Deverá atender aos requisitos da ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e à RDC ANVISA nº 751/2022 (regularização de dispositivos médicos). Deverão acompanhar o equipamento os seguintes acessórios: 01 dispositivo de calibração (quando aplicável); 01 carregador de bateria compatível com rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz); manual do usuário em português, em meio físico e digital. O equipamento deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo assistência técnica e fornecimento de peças originais. Possuir registro válido na ANVISA</p>	UNIDADE	09
----	---------	--------	--	---------	----



ITEM 14 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
14	3608208	377113	<p>Descrição: BILIRRUBINÔMETRO TRANSCUTÂNEO PARA AVALIAÇÃO DE ICTERÍCIA NEONATAL. - Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado à medição não invasiva dos níveis de bilirrubina em recém-nascidos por meio da pele, sem necessidade de coleta de sangue. A medição deverá ser transcutânea, com leitura imediata e apresentação direta dos resultados em tela. A faixa de medição deverá ser de pelo menos 0 a 20 mg/dL, com precisão máxima de $\pm 1,5$ mg/dL na faixa clínica de 0 a 15 mg/dL e resolução mínima de 0,1 mg/dL. O equipamento deverá possuir display digital integrado, de fácil leitura, com indicação clara dos valores medidos, e memória interna com capacidade para armazenar no mínimo 50 medições. Deverá dispor de interface para exportação de dados por cabo USB e sistema de calibração automática ou dispositivo de calibração incluso. A alimentação deverá ocorrer por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo, sendo obrigatória a possibilidade de substituição da bateria ao fim de sua vida útil, não sendo a mesma soldada ou de outra forma que dificulte a substituição. O equipamento deverá dispor de sinalização visual ou sonora para bateria fraca e para falhas de leitura. Deverá atender aos requisitos da ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e à RDC ANVISA nº 751/2022 (regularização de dispositivos médicos). Deverão acompanhar o equipamento os seguintes acessórios: 01 dispositivo de calibração (quando aplicável); 01 carregador de bateria compatível com rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz); manual do usuário em português, em meio físico e digital. O equipamento deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo assistência técnica e fornecimento de peças originais. Possuir registro válido na ANVISA</p>	UNIDADE	03

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



GRUPO 01 – EXCLUSIVO ME/EPP					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
15	3608209	427235	Descrição: CAPACETE DE ACRÍLICO NEONATAL PARA OXIGENOTERAPIA - TAMANHO GRANDE (G). - Descrição complementar: "Confeccionado em acrílico transparente, rígido, atóxico, não reciclado, liso, resistente ao impacto e de fácil higienização, com superfície sem arestas cortantes, rebarbas ou irregularidades. Deve possuir dimensões compatíveis com recém-nascidos e lactentes, no tamanho conforme nome do item/descrição principal, base anatômica para adaptação adequada ao pescoço, sem causar desconforto ou risco de lesão cutânea, além de abertura superior com tampa removível para acesso clínico e acomodação de sensores ou outros dispositivos. O equipamento deve apresentar conexões laterais padrão 22 mm (ou compatíveis com conexões universais), adequadas para entrada de fluxo de oxigênio e saída de exalação, permitindo fluxo contínuo de oxigênio entre 5 e 10 L/min, garantindo concentração adequada e evitando retenção de CO ₂ . O material deve ser compatível com processos de desinfecção química usuais em serviços de saúde (como hipoclorito, álcool 70% e glutaraldeído) e esterilização por óxido de etileno. Cada unidade deverá ser devidamente identificada com indicação de tamanho, lote e validade. O produto deve possuir registro na ANVISA, conforme RDC nº 751/2022. O fornecedor deverá entregar manual de instruções em português, em meio físico e digital. A garantia mínima exigida é de 12 meses contra defeitos de fabricação." Possuir registro válido na ANVISA	UNIDADE	28

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



16	3614184	427234	<p>Descrição: CAPACETE DE ACRÍLICO NEONATAL PARA OXIGENOTERAPIA - TAMANHO MÉDIO (M). - Descrição complementar: Confeccionado em acrílico transparente, rígido, atóxico, não reciclado, liso, resistente ao impacto e de fácil higienização, com superfície sem arestas cortantes, rebarbas ou irregularidades. Deve possuir dimensões compatíveis com recém-nascidos e lactentes, no tamanho conforme nome do item/descrição principal, base anatômica para adaptação adequada ao pescoço, sem causar desconforto ou risco de lesão cutânea, além de abertura superior com tampa removível para acesso clínico e acomodação de sensores ou outros dispositivos. O equipamento deve apresentar conexões laterais padrão 22 mm (ou compatíveis com conexões universais), adequadas para entrada de fluxo de oxigênio e saída de exalação, permitindo fluxo contínuo de oxigênio entre 5 e 10 L/min, garantindo concentração adequada e evitando retenção de CO₂. O material deve ser compatível com processos de desinfecção química usuais em serviços de saúde (como hipoclorito, álcool 70% e glutaraldeído) e esterilização por óxido de etileno. Cada unidade deverá ser devidamente identificada com indicação de tamanho, lote e validade. O produto deve possuir registro na ANVISA, conforme RDC nº 751/2022. O fornecedor deverá entregar manual de instruções em português, em meio físico e digital. A garantia mínima exigida é de 12 meses contra defeitos de fabricação. Possuir registro válido na ANVISA</p>	UNIDADE	28
----	---------	--------	---	---------	----

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



17	3614185	427233	<p>Descrição: CAPACETE DE ACRÍLICO NEONATAL PARA OXIGENOTERAPIA - TAMANHO PEQUENO (P). - Descrição complementar: Confeccionado em acrílico transparente, rígido, atóxico, não reciclado, liso, resistente ao impacto e de fácil higienização, com superfície sem arestas cortantes, rebarbas ou irregularidades. Deve possuir dimensões compatíveis com recém-nascidos e lactentes, no tamanho conforme nome do item/descrição principal, base anatômica para adaptação adequada ao pescoço, sem causar desconforto ou risco de lesão cutânea, além de abertura superior com tampa removível para acesso clínico e acomodação de sensores ou outros dispositivos. O equipamento deve apresentar conexões laterais padrão 22 mm (ou compatíveis com conexões universais), adequadas para entrada de fluxo de oxigênio e saída de exalação, permitindo fluxo contínuo de oxigênio entre 5 e 10 L/min, garantindo concentração adequada e evitando retenção de CO₂. O material deve ser compatível com processos de desinfecção química usuais em serviços de saúde (como hipoclorito, álcool 70% e glutaraldeído) e esterilização por óxido de etileno. Cada unidade deverá ser devidamente identificada com indicação de tamanho, lote e validade. O produto deve possuir registro na ANVISA, conforme RDC nº 751/2022. O fornecedor deverá entregar manual de instruções em português, em meio físico e digital. A garantia mínima exigida é de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>	UNIDADE	28
----	---------	--------	---	---------	----

ITEM 18 – EXCLUSIVO ME/EPP					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



18	3608214	452271	<p>Descrição: RADIÔMETRO PARA AFERIÇÃO DE IRRADIÂNCIA EM FOTOTERAPIA. Descrição complementar: "Equipamento Radiômetro para aferição de irradiância em fototerapia – aplicação: verificação periódica da irradiância emitida por equipamentos de fototerapia neonatal, permitindo checagem de desempenho e ajuste da distância e posicionamento da fonte luminosa. O equipamento deverá ser portátil, digital, dedicado à fototerapia neonatal, com capacidade de medição direta em mW/cm^2 (Ebi, integrada de 400 a 550 nm) e/ou em $\mu\text{W}/\text{cm}^2/\text{nm}$ (espectral média no espectro azul), devendo permitir alternância de modo de leitura por tecla. A faixa de medição mínima para Ebi deverá ser de 0,00 a pelo menos 1,00 mW/cm^2, e para irradiância espectral média de 0 a pelo menos 100 $\mu\text{W}/\text{cm}^2/\text{nm}$, com resolução mínima de 0,01 mW/cm^2 para Ebi e de 0,1 $\mu\text{W}/\text{cm}^2/\text{nm}$ para espectral. A resposta espectral deverá estar compreendida entre 400 e 550 nm, com máxima sensibilidade centrada no azul ($\approx 450\text{--}470$ nm), erro de correção cosseno inferior ou igual a 10% até 60°, repetibilidade máxima de 2% e exatidão global de $\pm 10\%$ do valor indicado ou melhor, com deriva anual inferior a 3%. O display digital deverá indicar claramente a unidade de medida, status de bateria, funções de HOLD e MÍN/MÁX, com teclas para seleção de modo de leitura, zeragem e retroiluminação quando disponível. O sensor deverá ser integrado ou destacável, com protetor e tampa de proteção, cabo com comprimento mínimo de 1,5 m (quando aplicável) e difusor para resposta cosseno. O equipamento deverá ser entregue com certificado de calibração inicial, rastreável ao INMETRO/RBC ou laboratório equivalente, com intervalo de recalibração recomendado de 12 meses e disponibilidade de serviço de calibração no Brasil. Deverá atender à métrica Ebi definida pela IEC 60601-2-50, bem como estar em conformidade com a ABNT NBR IEC 60601-1 ou IEC 61010-1 para segurança elétrica e IEC 61326-1 ou IEC 60601-1-2 para compatibilidade eletromagnética, além de possuir regularização sanitária junto à ANVISA conforme RDC 751/2022. A</p>	UNIDADE	15
----	---------	--------	---	---------	----

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			alimentação deverá ser por pilhas ou baterias comuns (AA, AAA ou 9 V), com autonomia mínima de 20 horas de uso contínuo, desligamento automático programável e indicação de bateria fraca. O equipamento deverá operar em condições ambientais entre 10 e 40 °C e umidade de 10 a 90% sem condensação, sendo fornecido com estojo rígido de transporte, tampa protetora do sensor, jogo de baterias, número de série gravado no corpo do equipamento e certificado de calibração. A documentação deverá incluir manual de operação e manutenção de primeiro nível em português do Brasil, em versão impressa e digital (PDF). A garantia mínima será de 24 meses para equipamento e sensor, com assistência técnica e serviço de calibração disponíveis em território nacional, assegurando prazo máximo de até 10 dias corridos para atendimento técnico. A entrega deverá ser acompanhada de relatório de teste de recebimento, comprovando leitura estável em fonte-padrão ou em equipamento de fototerapia de referência, registrando distância e valor obtido, bem como etiqueta de próxima calibração afixada no corpo do equipamento.". Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	---	--	--

ITEM 19 – AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
------	-------------------	---------------	---------------	---------	------------

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



19	3608215	466174	<p>Descrição: RESSUSCITADOR NEONATAL TIPO T PARA VENTILAÇÃO ASSISTIDA. - Descrição complementar: Deverá ser ressuscitador neonatal do tipo T, destinado à ventilação pulmonar assistida em recém-nascidos, com faixa de pressão inspiratória ajustável entre 10 e 60 cmH₂O e faixa de pressão expiratória final positiva (PEEP) ajustável entre 2 e 20 cmH₂O. O fluxo de gás deverá ser ajustável entre 5 e 15 L/min. O equipamento deverá possuir manômetro analógico ou digital integrado, com escala mínima de 0 a 80 cmH₂O, e permitir ventilação controlada por fluxo com pressão limitada, independente da pressão da rede. O sistema deve ser compatível com fonte de oxigênio e ar comprimido medicinal, possibilitando mistura com concentração de O₂ variável de 21% a 100%. As entradas devem possuir conexões padrão universal compatíveis com roscas normatizadas ABNT e a saída deve ser adequada para conexão em máscara facial neonatal ou tubo orotraqueal com conector padrão 15 mm, conforme ISO 5356-1. O fornecimento deverá incluir 05 (cinco) circuitos respiratórios neonatais completos, compostos cada um por traqueia corrugada de silicone ou material equivalente resistente à autoclavagem, válvula PEEP, peça em T com conexão para máscara ou tubo e máscara facial neonatal tamanho padrão. O corpo principal deverá ser fabricado em polímero de engenharia ou liga metálica resistente à corrosão, compatível com higienização hospitalar. O equipamento deve ser fornecido acompanhado de manual de operação em português, em meio físico e digital, e possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica e reposição de peças no território nacional. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO₂) variável de, pelo menos, 21% a 100%</p>	UNIDADE	16
----	---------	--------	---	---------	----

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ITEM 20 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
20	3608215	466174	<p>Descrição: RESSUSCITADOR NEONATAL TIPO T PARA VENTILAÇÃO ASSISTIDA. - Descrição complementar: Deverá ser ressuscitador neonatal do tipo T, destinado à ventilação pulmonar assistida em recém-nascidos, com faixa de pressão inspiratória ajustável entre 10 e 60 cmH₂O e faixa de pressão expiratória final positiva (PEEP) ajustável entre 2 e 20 cmH₂O. O fluxo de gás deverá ser ajustável entre 5 e 15 L/min. O equipamento deverá possuir manômetro analógico ou digital integrado, com escala mínima de 0 a 80 cmH₂O, e permitir ventilação controlada por fluxo com pressão limitada, independente da pressão da rede. O sistema deve ser compatível com fonte de oxigênio e ar comprimido medicinal, possibilitando mistura com concentração de O₂ variável de 21% a 100%. As entradas devem possuir conexões padrão universal compatíveis com roscas normatizadas ABNT e a saída deve ser adequada para conexão em máscara facial neonatal ou tubo orotraqueal com conector padrão 15 mm, conforme ISO 5356-1. O fornecimento deverá incluir 05 (cinco) circuitos respiratórios neonatais completos, compostos cada um por traqueia corrugada de silicone ou material equivalente resistente à autoclavagem, válvula PEEP, peça em T com conexão para máscara ou tubo e máscara facial neonatal tamanho padrão. O corpo principal deverá ser fabricado em polímero de engenharia ou liga metálica resistente à corrosão, compatível com higienização hospitalar. O equipamento deve ser fornecido acompanhado de manual de operação em português, em meio físico e digital, e possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica e reposição de peças no território nacional. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser</p>	UNIDADE	05

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100% .		
--	--	--	--	--	--

ITEM 21 – EXCLUSIVO ME/EPP					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
21	3539235	454905	Descrição: SONAR FETAL DOPPLER - DETECTOR SONAR FETAL COM DOPPLER DIGITAL PORTÁTIL PARA MONITORAÇÃO CONTÍNUA DE FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL, SENSIBILIDADE A PARTIR DE 9 SEMANAS, COM TRANSDUTOR DE NO MÍNIMO 2 MHZ. Descrição complementar: "Deverá ser portátil, microprocessado, destinado à ausculta e monitoramento dos batimentos cardíacos fetais, com frequência de operação do transdutor em 2,0 MHz ± 0,1 MHz e modo de operação contínuo (Doppler fetal). O equipamento deverá possuir display digital de cristal líquido (LCD) ou similar, com indicação da frequência cardíaca fetal em batimentos por minuto (BPM), apresentando faixa de medição de 50 a 240 BPM e precisão de leitura de ± 2 BPM. Deverá permitir indicação visual no display e sonora por meio de alto-falante embutido, com controle de volume ajustável e saída para fone de ouvido padrão 3,5 mm. O transdutor deverá ser resistente à umidade, com cabo de no mínimo 1,5 m de comprimento. A alimentação será realizada por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 4 horas de uso contínuo, acompanhada de carregador bivolt automático (100 – 240 V, 50/60 Hz). O peso máximo do equipamento deverá ser de 1,5 kg. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), ABNT NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e RDC ANVISA nº 751/2022 (regularização de dispositivos médicos). Cada unidade deverá ser fornecida com 01 (um) transdutor completo, 01 (um) frasco de gel	UNIDADE	44

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			condutor de no mínimo 250 g, carregador compatível e bolsa para transporte. Deverá acompanhar manual de operação em português, em meio físico e digital. O fornecedor deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação." Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	--	--	--

ITEM 22 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
22	3608213	443216	Descrição: INCUBADORA NEONATAL PARA USO ESTACIONÁRIO. - Descrição complementar: Equipamento Incubadora Neonatal para uso estacionário, destinada à manutenção de ambiente termoneutro, com controle de temperatura, umidade e oxigenação, para cuidados intensivos e intermediários em recém-nascidos. Deverá ser microprocessada, de uso estacionário, equipada com capota em acrílico transparente de parede dupla, removível para higienização, contendo portinholas laterais e frontais com mangas de acesso e porta(s) frontal e/ou traseira rebatível(s). O colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável. O sistema de aquecimento deverá operar por ar aquecido com circulação forçada, permitindo faixa de controle de temperatura do ar entre 25 °C e 37 °C e de temperatura cutânea entre 34 °C e 38 °C, com precisão mínima de ±0,5 °C. O display digital deverá apresentar simultaneamente valores ajustados e medidos. Deverá dispor de alarmes visuais e sonoros para alta e baixa temperatura, falha de energia e falha de sensores. Deverá possuir sistema de controle de umidade ajustável entre 40% e 90% UR, com reservatório de água removível e lavável, entrada para oxigênio suplementar com controle manual de fluxo e filtro de ar substituível, fornecido com uma peça adicional. O berço deverá permitir ajuste de	UNIDADE	19

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



		<p>inclinação mínimo de $\pm 12^\circ$, apresentar dimensões internas mínimas de 65 cm de comprimento, 35 cm de largura e 20 cm de profundidade, e suportar carga mínima de 10 kg. A estrutura deverá ser montada em pedestal com rodízios de no mínimo 100 mm de diâmetro, sendo ao menos dois com travas, e dispor de bandeja ou prateleira inferior para acomodação de utensílios. Deverá possuir alarmes adicionais visuais e sonoros para falha de aquecimento, falha de ventilação e falha de sensores, com diferenciação de prioridade entre alarmes críticos e de atenção. Deverá acompanhar os seguintes acessórios mínimos: 01 colchão conforme especificado, 02 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis, 01 suporte para soro/infusão, 01 bandeja inferior para utensílios e 01 filtro de ar adicional. O equipamento deverá atender às normas de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1 e de desempenho específico ABNT NBR IEC 60601-2-19, além de possuir registro na ANVISA em conformidade com a RDC 751/2022. Deverá ser fornecido com manual do usuário em português, em meio físico e digital, e certificado de garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Deverá ser realizado treinamento presencial no local de instalação, abrangendo operação e manutenção de primeiro nível, em cada unidade contemplada, todas localizadas no município de Fortaleza/CE. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%.</p>	
--	--	---	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ITEM 23 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
23	3608213	443216	Descrição: INCUBADORA NEONATAL PARA USO ESTACIONÁRIO. - Descrição complementar: Equipamento Incubadora Neonatal para uso estacionário, destinada à manutenção de ambiente termoneutro, com controle de temperatura, umidade e oxigenação, para cuidados intensivos e intermediários em recém-nascidos. Deverá ser microprocessada, de uso estacionário, equipada com capota em acrílico transparente de parede dupla, removível para higienização, contendo portinholas laterais e frontais com mangas de acesso e porta(s) frontal e/ou traseira rebatível(s). O colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável. O sistema de aquecimento deverá operar por ar aquecido com circulação forçada, permitindo faixa de controle de temperatura do ar entre 25 °C e 37 °C e de temperatura cutânea entre 34 °C e 38 °C, com precisão mínima de $\pm 0,5$ °C. O display digital deverá apresentar simultaneamente valores ajustados e medidos. Deverá dispor de alarmes visuais e sonoros para alta e baixa temperatura, falha de energia e falha de sensores. Deverá possuir sistema de controle de umidade ajustável entre 40% e 90% UR, com reservatório de água removível e lavável, entrada para oxigênio suplementar com controle manual de fluxo e filtro de ar substituível, fornecido com uma peça adicional. O berço deverá permitir ajuste de inclinação mínimo de $\pm 12^\circ$, apresentar dimensões internas mínimas de 65 cm de comprimento, 35 cm de largura e 20 cm de profundidade, e suportar carga mínima de 10 kg. A estrutura deverá ser montada em pedestal com rodízios de no mínimo 100 mm de diâmetro, sendo ao menos dois com travas, e dispor de bandeja ou prateleira inferior para acomodação de utensílios. Deverá possuir alarmes adicionais visuais e sonoros para falha de aquecimento,	UNIDADE	6

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			<p>falha de ventilação e falha de sensores, com diferenciação de prioridade entre alarmes críticos e de atenção. Deverá acompanhar os seguintes acessórios mínimos: 01 colchão conforme especificado, 02 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis, 01 suporte para soro/infusão, 01 bandeja inferior para utensílios e 01 filtro de ar adicional. O equipamento deverá atender às normas de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1 e de desempenho específico ABNT NBR IEC 60601-2-19, além de possuir registro na ANVISA em conformidade com a RDC 751/2022. Deverá ser fornecido com manual do usuário em português, em meio físico e digital, e certificado de garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Deverá ser realizado treinamento presencial no local de instalação, abrangendo operação e manutenção de primeiro nível, em cada unidade contemplada, todas localizadas no município de Fortaleza/CE. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%.</p>		
--	--	--	--	--	--

ITEM 24 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



24	3608207	453533	<p>Descrição: APARELHO DE FOTOTERAPIA CONVENCIONAL EM SUPORTE PARA TRATAMENTO DE ICTERÍCIA NEONATAL. Descrição complementar: Deverá ser destinado ao tratamento de icterícia neonatal por emissão luminosa na faixa azul. A fonte luminosa deverá ser composta por tecnologia em LED de alta intensidade, na cor azul, contendo no mínimo 12 LEDs, apresentando vida útil mínima de 20.000 (vinte mil) horas. O espectro de emissão deverá estar compreendido entre 400 e 550 nm, com pico em 450 ± 20 nm. A irradiância efetiva mínima deverá ser de $30 \mu\text{W}/\text{cm}^2/\text{nm}$, medida a uma distância de 30 cm do foco de aplicação, em pelo menos 6 (seis) pontos distintos da área útil. A área de cobertura luminosa deverá ser, no mínimo, de 30 cm x 40 cm a uma distância de 30 cm. O suporte deverá ser do tipo de chão, provido de estrutura com rodízios, sendo no mínimo 2 (dois) com travas, com altura ajustável entre 90 cm e 150 cm, medidos a partir do piso até a parte inferior do cabeçote emissor. O cabeçote deverá possuir ajuste de inclinação. O equipamento deverá possuir interruptor liga/desliga e indicador visual de funcionamento. Deverá contar com sistema de dissipação de calor que evite aquecimento excessivo do equipamento e do ambiente do paciente. A segurança elétrica deverá estar em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 60601-1 e demais normas aplicáveis. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático (127/220 V), 60 Hz. Deverá acompanhar o fornecimento: 01 (um) suporte de chão com rodízios e travas, 05 (cinco) protetores oculares neonatais reutilizáveis, bem como manual de operação e manutenção em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA.</p>	UNIDADE	26
----	---------	--------	---	---------	----

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ITEM 25 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
25	3608207	453533	<p>Descrição: APARELHO DE FOTOTERAPIA CONVENCIONAL EM SUPORTE PARA TRATAMENTO DE ICTERÍCIA NEONATAL. Descrição complementar: Deverá ser destinado ao tratamento de icterícia neonatal por emissão luminosa na faixa azul. A fonte luminosa deverá ser composta por tecnologia em LED de alta intensidade, na cor azul, contendo no mínimo 12 LEDs, apresentando vida útil mínima de 20.000 (vinte mil) horas. O espectro de emissão deverá estar compreendido entre 400 e 550 nm, com pico em 450 ± 20 nm. A irradiância efetiva mínima deverá ser de $30 \mu\text{W}/\text{cm}^2/\text{nm}$, medida a uma distância de 30 cm do foco de aplicação, em pelo menos 6 (seis) pontos distintos da área útil. A área de cobertura luminosa deverá ser, no mínimo, de 30 cm x 40 cm a uma distância de 30 cm. O suporte deverá ser do tipo de chão, provido de estrutura com rodízios, sendo no mínimo 2 (dois) com travas, com altura ajustável entre 90 cm e 150 cm, medidos a partir do piso até a parte inferior do cabeçote emissor. O cabeçote deverá possuir ajuste de inclinação. O equipamento deverá possuir interruptor liga/desliga e indicador visual de funcionamento. Deverá contar com sistema de dissipação de calor que evite aquecimento excessivo do equipamento e do ambiente do paciente. A segurança elétrica deverá estar em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 60601-1 e demais normas aplicáveis. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático (127/220 V), 60 Hz. Deverá acompanhar o fornecimento: 01 (um) suporte de chão com rodízios e travas, 05 (cinco) protetores oculares neonatais reutilizáveis, bem como manual de operação e manutenção em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do</p>	UNIDADE	08

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	--	--	--

ITEM 26 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
26	3545793	454855	<p>Descrição: CARDIOTOCÓGRAFO_COM MONITOR FETAL, FREQUENCIA CARDÍACA FETAL, CONTRAÇÃO UTERINA E MOVIMENTA FETAL. DETECÇÃO AUTOMÁTICA FETAL, DISPLAY DE LED DA FHR E UC. TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE.</p> <p>Descrição complementar: "Cardiotocógrafo microprocessado, destinado ao monitoramento simultâneo da frequência cardíaca fetal (FCF) e das contrações uterinas, com capacidade de monitorar no mínimo dois fetos de forma independente. Deverá possuir faixa de frequência cardíaca fetal mínima de 40 a 240 bpm e faixa de medição da atividade uterina de 0 a 100 unidades Montevideo (UM) ou equivalente, por meio de transdutor de toco externo. A resolução mínima dos traçados deverá ser de 1 bpm para FCF e de 1 unidade para atividade uterina. O equipamento deverá dispor de display gráfico digital, colorido, com no mínimo 10 polegadas, permitindo a visualização simultânea de FCF e contrações uterinas em tempo real. Deverá conter impressora térmica integrada, com velocidade mínima de 1 cm/minuto e largura mínima de papel de 100 mm, com possibilidade de ajuste da velocidade de impressão. O sistema deverá dispor de alarmes audiovisuais programáveis para valores de FCF fora da faixa e para perda de sinal, além de permitir marcação de eventos pelo operador com registro no traçado impresso. O armazenamento interno deverá comportar no mínimo 12 horas de monitoramento contínuo, devendo possibilitar a exportação dos exames em formato digital (PDF, JPEG ou equivalente) por meio de porta USB. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático, 50/60 Hz, com proteção contra sobrecarga. O equipamento deverá possuir bateria interna recarregável, com autonomia</p>	UNIDADE	05

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			mínima de 2 horas de funcionamento contínuo. Deverá acompanhar, no mínimo: 02 transdutores de ultrassom fetal, 01 transdutor de toco, 01 sensor de movimento fetal (quando disponível comercialmente), 03 cintas elásticas reutilizáveis, 01 suporte para transdutores e cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional. Deverá ser fornecido manual de operação em português, em versão física e digital. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial, no local da instalação, para a equipe designada em cada unidade contemplada, abrangendo operação, cuidados de rotina e orientações de manutenção preventiva de primeiro nível. Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	--	--	--

ITEM 27 – COTA RESERVADA					
ITEM	CÓDIGO COMPRASFOR	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
27	3545793	454855	Descrição: CARDIOTOCÓGRAFO_ COM MONITOR FETAL, FREQUENCIA CARDÍACA FETAL, CONTRAÇÃO UTERINA E MOVIMENTA FETAL. DETECÇÃO AUTOMÁTICA FETAL, DISPLAY DE LED DA FHR E UC. TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE. Descrição complementar: "Cardiotocógrafo microprocessado, destinado ao monitoramento simultâneo da frequência cardíaca fetal (FCF) e das contrações uterinas, com capacidade de monitorar no mínimo dois fetos de forma independente. Deverá possuir faixa de frequência cardíaca fetal mínima de 40 a 240 bpm e faixa de medição da atividade uterina de 0 a 100 unidades Montevideo (UM) ou equivalente, por meio de transdutor de toco externo. A resolução mínima dos traçados deverá ser de 1 bpm para FCF e de 1 unidade para atividade uterina. O equipamento deverá dispor de display gráfico digital, colorido, com no mínimo 10 polegadas, permitindo a visualização simultânea de FCF e contrações uterinas em tempo real. Deverá conter impressora térmica integrada, com velocidade mínima de 1 cm/minuto e largura mínima de papel de 100 mm, com possibilidade de ajuste	UNIDADE	01

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



			da velocidade de impressão. O sistema deverá dispor de alarmes audiovisuais programáveis para valores de FCF fora da faixa e para perda de sinal, além de permitir marcação de eventos pelo operador com registro no traçado impresso. O armazenamento interno deverá comportar no mínimo 12 horas de monitoramento contínuo, devendo possibilitar a exportação dos exames em formato digital (PDF, JPEG ou equivalente) por meio de porta USB. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático, 50/60 Hz, com proteção contra sobrecarga. O equipamento deverá possuir bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 2 horas de funcionamento contínuo. Deverá acompanhar, no mínimo: 02 transdutores de ultrassom fetal, 01 transdutor de toco, 01 sensor de movimento fetal (quando disponível comercialmente), 03 cintas elásticas reutilizáveis, 01 suporte para transdutores e cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional. Deverá ser fornecido manual de operação em português, em versão física e digital. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial, no local da instalação, para a equipe designada em cada unidade contemplada, abrangendo operação, cuidados de rotina e orientações de manutenção preventiva de primeiro nível. Possuir registro válido na ANVISA.		
--	--	--	--	--	--

Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.

8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS:

8.1. Os produtos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação e umidade, sem inadequação de conteúdo e identificadas com o número do lote, data de fabricação e data de validade.

8.2. Os produtos nacionais e importados devem apresentar nos rótulos todas as informações em língua portuguesa.

8.2.1. Registro do produto, ou Declaração de Isenção do Registro, ou do cadastro do produto, ou a notificação simplificada, conforme o caso, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, ou cópia legível da publicação no Diário Oficial da União do mesmo, onde consta a resolução e os dados do produto.

8.3. Como requisito de aceitabilidade técnica da proposta, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



8.3.1. Declaração de Pleno Atendimento: o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar declaração formal atestando o cumprimento integral das exigências contidas nos itens 10.17 a 10.23 deste Termo de Referência, conforme modelo constante no Apêndice A, sob pena de desclassificação.

8.3.2. Comprovação de que a empresa fabricante do produto ofertado possui assistência técnica especializada localizada no município de Fortaleza/CE ou em sua Região Metropolitana. Alternativamente, admite-se que o licitante apresente a declaração constante no Apêndice B, comprometendo-se a arcar integralmente com os custos logísticos (fretes, seguros, diárias e deslocamentos) para atendimento das demandas. Neste caso, a licitante declara estar ciente de que a ausência de base técnica local não poderá justificar o descumprimento do prazo de solução (15 dias corridos) para os equipamentos fora de garantia, tampouco ensejar a cobrança de taxas de deslocamento ou de orçamentação

9. DA APRESENTAÇÃO DOS CATÁLOGOS

9.1. Necessário apresentação de catálogo e manual registrado na ANVISA para todos os itens. Para os itens dos lotes 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21 a administração poderá, também, solicitar amostras.

9.1.1. Quando da convocação para apresentação da proposta final adequada, concomitantemente, o (a) Pregoeiro(a) solicitará CATÁLOGO para demonstração do objeto desta licitação para melhor avaliação, ficando o arrematante primeiro colocado obrigado, sob pena de desclassificação, apresentar tal CATÁLOGO via sistema COMPRASGOV. Em caso de desclassificação, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar as demais licitantes, na ordem de classificação.

9.2. Os CATÁLOGOS serão recebidos pelo (a) Pregoeiro (a), remetidos ao órgão interessado na licitação e analisados por técnico designado pelo titular do órgão, devendo o laudo ser devidamente datado e assinado por quem o emitiu.

9.3. A análise dos CATÁLOGOS tem o objetivo de verificar a equivalência do item ofertado ao solicitado em Edital.

9.4. Não será feito qualquer pagamento ou indenização referente aos CATÁLOGOS independentemente de aceitar ou não a proposta. Caso a proposta seja aceita, os CATÁLOGOS ficarão retidos na SMS para comparação de qualidade com as demais unidades a serem adquiridas.

9.5. A reprovação de CATÁLOGO após análise técnica acarretará desclassificação da licitante.

9.6. O não cumprimento da entrega da documentação e dos catálogos dentro dos prazos estabelecidos acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocada a licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

9.7. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

10. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Necessário apresentação de **Garantia mínima de 06 (seis) meses para os itens do lote 15, 16 e 17 (capacetes hood);**

- **Garantia de 36 (trinta e seis) meses para os lotes 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 22, 23, 24 e 25; e de 12 (doze) meses para os demais itens,** incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.1. O prazo mínimo de garantia técnica poderá ser ampliado conforme previsto na descrição complementar do item correspondente, passando a contar a partir da data do recebimento definitivo, definido e detalhado nos itens 12.2.2 e 12.2.4 deste termo.

10.2. A contratada deverá garantir a disponibilidade de assistência técnica especializada, própria ou devidamente credenciada, localizada no município de Fortaleza/CE ou Região Metropolitana, com infraestrutura compatível à execução dos serviços, sempre que o objeto envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados. Nesses casos, a equipe técnica deverá ser composta por profissionais com formação técnica ou superior nas áreas de Engenharia Biomédica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica ou correlatas, devidamente qualificados e certificados pelos fabricantes, conforme o nível de complexidade dos equipamentos e conforme a atribuição técnica definida na Resolução CONFEA nº 1.073/2016.

10.2.1. Para equipamentos de fornecimento simples, que não demandem instalação, montagem, calibração ou testes de segurança elétrica, a contratada deverá apenas garantir a entrega, em perfeitas condições de uso, bem como os demais requisitos previstos neste Termo.

10.3. A contratada será responsável pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários, observadas as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis, em especial a ABNT NBR IEC 60601-1 e correlatas.

10.4. Sempre que houver necessidade de deslocamento do equipamento ou de partes e peças para fora das dependências da unidade de saúde, o transporte deverá ser realizado sob responsabilidade integral da contratada, mediante justificativa técnica formal previamente autorizada pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH. Nessa ocasião, deverá ser emitido Termo de Retirada de Equipamento, contendo a descrição detalhada do bem, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, defeito apresentado, estado físico e data de retirada, com assinatura do técnico responsável da contratada e do representante da unidade de saúde. O mesmo procedimento deverá ser adotado para o retorno do equipamento, mediante relatório técnico conclusivo descrevendo o serviço realizado, peças substituídas, testes de segurança elétrica e funcionalidade.

10.5. A contratada deverá manter registro de todos os atendimentos realizados, em sistema informatizado ou planilha validada, contendo data, identificação do técnico, número do chamado, tempo de resposta e tempo de solução, disponibilizando esses registros sempre que solicitados pela Administração.

10.6. Nos casos em que os serviços forem realizados dentro das dependências das unidades de saúde, a contratada deverá observar as seguintes condições:

- obter autorização prévia do gestor da unidade e do responsável pelo setor onde o serviço será executado, com registro formal da data, horário e natureza da atividade;
- utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);
- garantir que os EPIs sejam integralmente fornecidos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a contratante;
- respeitar integralmente o ambiente hospitalar, observando as normas internas de controle de acesso, fluxo de pessoas e descarte de resíduos;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- zelar pela integridade e segurança de pacientes, profissionais e visitantes, evitando ruídos, odores, interrupções de energia ou quaisquer interferências que possam comprometer o funcionamento das atividades assistenciais;
- manter conduta ética, cortês e profissional durante todo o período de permanência nas dependências da unidade, sendo vedado o uso de trajas inadequados, aparelhos sonoros ou celulares em áreas assistenciais;
- identificar-se adequadamente, portando crachá funcional visível com o nome da empresa contratada e do técnico responsável;
- cumprir as normas de biossegurança, controle de infecção e vigilância sanitária vigentes, observando as determinações da ANVISA e da Secretaria Municipal da Saúde;
- não utilizar ferramentas, insumos ou materiais pertencentes à contratante, salvo mediante autorização expressa do gestor da unidade;
- garantir a limpeza e desinfecção da área de trabalho ao término da atividade, devolvendo o local nas mesmas condições em que foi recebido;
- cumprir os horários e regras de acesso definidos pela direção da unidade, especialmente em áreas críticas como centro cirúrgico, UTI, central de material esterilizado (CME), laboratório e imagem.

10.7. Durante o período de garantia, a contratada será responsável integralmente por todas as despesas relacionadas à assistência técnica, substituição de peças, materiais, componentes, mão de obra especializada, transporte, calibração, atualização de software e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

10.8. Os atendimentos deverão obedecer aos prazos máximos de resposta e solução estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo o fornecimento de equipamento reserva, quando aplicável.

10.9. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem, projeto, material ou funcionamento, bem como vícios ocultos, e se estenderá automaticamente a todos os itens substituídos ou reparados, reiniciando-se o prazo de garantia a partir da data da substituição ou conclusão do reparo.

10.10. Durante o período de garantia contratual, a contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, todas as manutenções preventivas recomendadas pelo fabricante, de acordo com o cronograma previamente aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.

10.11. As intervenções deverão contemplar, no mínimo, inspeção funcional, testes de segurança elétrica, calibração, limpeza técnica, verificação de desempenho, substituição preventiva de componentes críticos e, quando aplicável, atualização de software ou firmware.

10.12. Cada visita preventiva deverá ser formalizada mediante relatório técnico detalhado, contendo a data da execução, identificação do técnico responsável, número de patrimônio e/ou série do equipamento, procedimentos realizados, peças substituídas e resultados dos testes efetuados.

10.13. O não cumprimento do cronograma de manutenção preventiva durante o período de garantia poderá ser considerado inadimplemento contratual, ensejando as medidas cabíveis previstas na legislação vigente e no contrato administrativo.

10.14. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dentro do período de garantia deverão obedecer aos seguintes prazos máximos de resposta e solução, contados a partir da abertura do chamado técnico devidamente registrado e autorizado pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.14.1. Nos casos emergenciais ou críticos, que envolvem equipamentos essenciais para suporte à vida ou cuja falha interrompa serviço assistencial essencial — como em unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos ou emergências —, o prazo máximo de resposta será de até 4 (quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 24 (vinte e quatro) horas corridas. O atendimento deverá ser presencial e imediato, e, caso não seja possível solucionar o problema no local, a contratada deverá disponibilizar equipamento reserva compatível, mediante termo de entrega.

10.14.2. Nos casos corretivos não emergenciais, em que a falha não compromete diretamente a assistência imediata, mas impede o uso pleno do equipamento, o prazo máximo de resposta será de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 48 (quarenta e oito) horas úteis. O atendimento deverá ocorrer mediante agendamento, devendo ser utilizadas apenas peças originais ou equivalentes devidamente homologadas pelo fabricante.

10.14.3. As manutenções preventivas programadas deverão seguir o cronograma acordado entre a contratada e a Engenharia Clínica/COREPH, observando as recomendações do fabricante. A contratada deverá apresentar plano anual de manutenção preventiva, contendo as datas de execução e a identificação dos técnicos responsáveis.

10.14.4. O suporte técnico ou diagnóstico remoto, referente a dúvidas operacionais, orientações técnicas ou verificação de falhas à distância, deverá ter prazo máximo de resposta de até 8 (oito) horas úteis e prazo máximo de solução de até 24 (vinte e quatro) horas úteis. Esse suporte poderá ser realizado de forma presencial ou remota e deverá sempre gerar registro técnico formal do atendimento.

10.15. A contratada deverá registrar todos os atendimentos realizados (emergenciais, corretivos e preventivos) em relatórios técnicos padronizados, contendo data, hora, identificação do equipamento, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, descrição da falha, serviço executado, peças substituídas e assinatura do técnico responsável.

10.16. Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

10.17. Gratuidade Integral de Diagnóstico e Orçamento: A contratada obriga-se a fornecer orçamentos de manutenção corretiva sem qualquer custo pela prestação do serviço de diagnóstico, incluindo isenção total de taxas de visita técnica, deslocamento, horas-técnicas de avaliação, taxas administrativas ou quaisquer outros encargos/ônus por um período mínimo de:

- 5 (cinco) anos para os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 22, 23, 24 e 25;
- 2 (dois) anos para os demais itens; Contados após o término da garantia.

10.18. Desvinculação de Venda de Peças e Serviços: A comercialização de peças, componentes, placas eletrônicas e acessórios originais deve ser garantida na modalidade "balcão" (venda direta de itens de reposição), sendo expressamente vedado condicionar a venda à contratação de mão de obra da fabricante/autorizada, à realização de visitas prévias, à manutenção de contratos de serviço vigentes e quaisquer outros ônus e/ou encargos;

10.19. Vedação à Obsolescência Programada por Software: O equipamento não poderá conter bloqueios lógicos ("soft-locks"), contadores de tempo para expiração de uso, senhas de validade temporária ou travas de software que interrompam o funcionamento ou limitem recursos do bem baseados em horímetro, ciclos de processamento, tempo em modo standby, ou qualquer outro tipo de contagens similares.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.20. Direito ao reparo por meios próprios: Para garantir o direito ao reparo, pela Engenharia Clínica da SMS (incluindo empresa subcontratada para a gestão da engenharia clínica), a contratada deverá fornecer no ato do recebimento definitivo:

- (a) Senhas de acesso à software de nível mestre/serviço (Service Mode) que permitam calibração integral, ajustes finos e reset de erros;
- (b) Manuais de Serviço em português, contendo diagramas de blocos, esquemas eletrônicos detalhados e vistas explodidas com códigos de partes para pedido;
- (c) Licenças de softwares de diagnóstico/ajuste, caso sejam necessários para a manutenção

10.21. Longevidade do Parque Tecnológico: O fabricante ou seu representante legal deve declarar o compromisso de fornecimento de peças de reposição e suporte técnico por um período mínimo de 10 (dez) anos após o recebimento definitivo, mesmo que o modelo venha a sair de linha de produção”.

10.22. As cláusulas do item 10 deste termo são intrínsecas ao equipamento/produto adquirido pela CONTRATANTE neste termo, limitando-se tão somente aos mesmos, devendo a CONTRATADA informar o número de série de cada equipamento na respectiva nota fiscal.

10.23. Alternativamente, em caso de alegação ao direito de propriedade intelectual, segredo industrial ou qualquer outro motivo que impeça o pleno cumprimento das cláusulas de não restrição ao direito de reparo por recursos próprios (item 10 deste termo), a CONTRATADA deve fornecer a declaração, informando exatamente qual item está restrito à alegação informada e comprometendo-se a realizar toda e qualquer intervenção que requeira acessos, conhecimentos técnicos, ferramentas, analisadores, instrumentais, etc., cuja posse seja restrita ao fabricante e/ou empresas especializadas, sem ônus para a CONTRATANTE (observados os prazos de gratuidade de orçamento previstos no item 10.17). Para equipamentos fora do período de garantia, tais intervenções deverão ser concluídas em um período máximo de 15 (quinze) dias corridos após a formalização da demanda pela CONTRATANTE.

11. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos neste Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

11.2. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.2.1. O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

11.2.2. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

11.2.3. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo(a) Pregoeiro(a).

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.2.4. Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

11.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.3.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

11.3.2 ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

11.3.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

11.3.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.5. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

11.3.5.1. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;

11.3.5.2. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;

11.3.5.3. Ata de fundação da cooperativa;

11.3.5.4. Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;

11.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. Os Atestados deverão atender ao quantitativo mínimo de **35% (trinta e cinco por cento)** do objeto desta licitação.

11.4.2. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde, de acordo com os arts. 50 a 52 da Lei Federal Nº6.360/1976, bem como de acordo com a RDC/ANVISA nº 16 de 1º de abril de 2014 do objeto desta licitação.

11.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.5.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.5.1.1. Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 11.101/2005.

11.5.1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

11.5.2. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da documentação exigida no **subitem 11.5.1.** acima.

11.5.3. BALANÇO PATRIMONIAL, e demonstrações de resultado contábeis **dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, devidamente registrado na competente Junta Comercial, e assinado por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.5.4. Serão aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitada a INRFB vigente.

11.5.5. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

11.5.5.1. A licitante deverá observar em função de suas especificidades e do montante equivalente às suas receitas, às regras constantes nos artigos 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

11.5.6. No caso de Licitante recém-constituída, há menos de 01 (um) ano, deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

11.5.7. No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

11.5.8. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

Liquidez Geral - LG

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

OU

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Liquidez Corrente - LC

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

Passivo Circulante

OU

Solvência Geral - SG

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

11.5.9. Caso o subitem 11.5.8 não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial.

11.6. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.6.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

11.6.1.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

11.6.1.2. CERTIDÃO(DÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

11.6.1.3. CERTIDÃO(DÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

11.6.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.6.3. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

11.6.3.1. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

11.6.3.2. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

11.6.3.3. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

11.6.4. Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

11.6.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO:

12.1. Quanto à entrega:

12.1.1 Antes do início da execução, a contratada deverá atender às seguintes exigências e providências:

- Apresentar o nome e a comprovação da habilitação do responsável técnico pelo contrato, com registro ativo no CREA ou CFT, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), somente nos casos em que o fornecimento envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados.
- Apresentar plano logístico de entrega, instalação e treinamento, contendo as unidades de destino, sequência de entrega, cronograma de execução e responsável técnico de campo. Esse plano deverá ser previamente analisado e aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.
- Apresentar cronograma de manutenção preventiva aplicável ao período de garantia contratual, com indicação das etapas, periodicidade e procedimentos previstos, conforme recomendações do fabricante.
- Firmar Termo de Ciência e Compromisso, declarando ciência das normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar, segurança do trabalho e conduta ética a serem observadas durante a permanência de técnicos nas unidades de saúde.
- Submeter à aprovação da Engenharia Clínica/COREPH os modelos de relatórios técnicos, checklists de entrega e manutenção, que serão utilizados para o acompanhamento do contrato e recebimento definitivo dos equipamentos.

12.1.2.A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em:

- 30 (trinta) dias corridos para os itens dos lotes 01, 02, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21;
- 60 (sessenta) dias corridos para os itens dos lotes 03, 04, 09, 10, 24, 25, 26, 27;
- 90 (noventa) dias corridos para os itens dos lotes 05, 06, 07, 08, 11, 12, 22, 23;

Sendo os prazos acima contados a partir da data de emissão da nota de empenho, salvo prazos superiores expressamente previstos na descrição complementar do item correspondente.

12.1.3. A contratada será responsável por todas as despesas de transporte, seguro, embalagem, carregamento, descarregamento e instalação dos equipamentos até o local de destino, devendo garantir que o produto seja entregue em perfeitas condições de uso e funcionamento, acompanhado de todos os acessórios, manuais e documentos obrigatórios.

12.1.4. O local exato de entrega será indicado pela Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH/SMS, conforme a demanda da SMS, podendo incluir almoxarifado central, hospitais, UPAs e bases do SAMU - todos situados no município de Fortaleza/CE-, nos seguintes endereços (lista não exaustiva):

- **Almoxarifado Central da SMS**

R. Encontros, 1800 B - Bairro Cajazeiras, Fortaleza/CE - CEP 60810-670

- **Hospital da Mulher de Fortaleza – Dra. Zilda Arns Neumann (HMDZAN)**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Av. Lineu Machado, nº 155 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101 (entrada pela Rua Prof. Manoel Lourenço).

• **Hospital da Criança de Fortaleza (HCF)**

Av. Lineu Machado, nº 50 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101

• **Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira – Frotinha de Messejana (HDEBO)**

Av. Jornalista Tomaz Coelho, nº 1578 – Bairro Messejana, Fortaleza/CE – CEP 60842-021

• **Hospital Distrital Maria José Barros de Oliveira – Frotinha da Parangaba (HDMJBO)**

Av. General Osório de Paiva, nº 1127 – Bairro Parangaba, Fortaleza/CE – CEP 60741-000

• **Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura – Frotinha de Antônio Bezerra (HDEAM)**

Rua Cândido Maia, nº 294 – Bairro Antônio Bezerra, Fortaleza/CE – CEP 60356-830

• **Hospital Distrital Gonzaga Mota da Barra do Ceará (HDGMB)**

Av. Dom Aloísio Lorscheider, nº 1130 – Bairro Vila Velha, Fortaleza/CE – CEP 60347-780

• **Hospital Distrital Gonzaga Mota do José Walter (HDGMJW)**

Av. C, 485 – Bairro José Walter, Fortaleza/CE – CEP 60750-020

• **Hospital Distrital Gonzaga Mota de Messejana (HDGMM)**

Av. Washington Soares, 7700 – Bairro Messejana, Fortaleza/CE – CEP 60844-150 10.

• **Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC)**

Rua 1018, nº 148 – 4ª Etapa – Conjunto Ceará II, Fortaleza/CE – CEP 60532-690

• **UPA 24h Cristo Redentor**

Av. Pres. Castelo Branco, s/n – Bairro Cristo Redentor, Fortaleza/CE – CEP 60010-450

• **UPA 24h Itaperi**

Rua Betel, sn – Bairro Rachel de Queiroz, Fortaleza/CE – CEP 60714-315

• **UPA 24h Bom Jardim**

Rua Sargento João Pinheiro, sn - Granja Lisboa, Fortaleza – CE – CEP 61661-115

• **UPA 24h Edson Queiroz**

Av. Contorno, s/n – Bairro Edson Queiroz, Fortaleza/CE – CEP 60812-035

• **UPA 24h Vila Velha**

Av. L, s/n – Bairro Vila Velha, Fortaleza/CE – CEP 60810-670 (esquina com Av. G)

• **UPA 24h Jangurussu**

Av. Contorno Sul, s/n – Bairro Jangurussu, Fortaleza/CE – CEP 60875-205 (esquina com Av. Castelo de Castro)

• **Base Principal do SAMU Fortaleza**

Avenida Lineu Machado, nº 50 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101 (Anexo ao Hospital da Criança de Fortaleza – HCF).

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.1.5. A entrega deverá ocorrer mediante agendamento prévio com o gestor do contrato, da unidade e/ou com a Engenharia Clínica/COREPH, de modo a permitir o acompanhamento técnico e a conferência física dos itens.

12.1.6. A contratada deverá realizar treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, fornecendo certificados de participação.

12.2. Quanto ao recebimento:

12.2.1. PROVISORIAMENTE, até **10 (dez) dias corridos** da entrega do produto, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pelo(s) fiscal(is) do contrato.

12.2.2. DEFINITIVAMENTE, até **30 (trinta) dias corridos** da expedição do termo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo(s) fiscal(is) da contratação, será expedido termo de recebimento definitivo, devendo haver rejeição do objeto no caso de desconformidade. O Termo de recebimento definitivo será lavrado pelo(s) fiscal(is) do Contrato.

12.2.3. Somente após a instalação e verificação funcional, será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, nos termos do art. 137, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.4. O Recebimento Definitivo somente dar-se-á após a verificação técnica e operacional do equipamento, incluindo testes de aceitação (quando aplicáveis), apresentação dos manuais de operação e manutenção em português, certificados de garantia, comprovação de registro sanitário na ANVISA, treinamentos conforme expressamente descrito na campo de descrição complementar de cada item e declaração de assistência técnica credenciada.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

13.2. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

13.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.5. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de até 48 HORAS que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



13.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal do objeto contratual;

13.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.13. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

13.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



13.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

13.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.24. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

13.25. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

13.26. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

13.27. Garantir que todos os produtos entregues estejam devidamente regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, salvo os casos de dispensa do mesmo que deverá ser devidamente comprovada, possuindo número de registro ou cadastro válido, embalagem original, manual técnico em português e rótulo com identificação do fabricante, importador e lote de fabricação.

13.28. Fornecer treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, abrangendo instruções de operação, segurança, limpeza e manutenção preventiva dos equipamentos, devendo ser emitidos certificados de participação, conforme item 12.1.6.

13.29. Elaborar e entregar relatórios técnicos de entrega, instalação e verificação funcional, contendo número de série, patrimônio (quando aplicável), data, local de instalação, testes realizados e identificação do técnico responsável.

13.30. Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

13.31. Disponibilizar equipamento reserva compatível, sem ônus adicional para a Administração, sempre que a execução de reparo demandar prazo superior ao estipulado neste Termo de Referência e o bem for considerado essencial à continuidade do serviço assistencial.

13.32. Adotar práticas ambientalmente adequadas no descarte de peças e resíduos provenientes da manutenção, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), as normas da

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANVISA e do órgão ambiental competente, responsabilizando-se integralmente pela destinação final dos materiais.

13.33. Observar as normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar e segurança do trabalho vigentes, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às áreas críticas, conforme orientações da CCIH e do SESMT, responsabilizando-se por seus prepostos e terceiros que atuarem nas dependências da unidade de saúde.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. Constituirão obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

14.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

14.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

14.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

14.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.7. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

14.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Termo de Referência;

14.9. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

14.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.10.1. A Administração terá o **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período

14.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

14.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.13. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.14. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.15. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculados à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e/ ou nas hipóteses previstas nos inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado no **prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente na instituição financeira contratada para esse fim, consoante expressa previsão legal contida no art. 15 da Lei Municipal nº 10.921 de 16 de setembro de 2019. Atualmente, a instituição financeira contratada se trata do Banco Santander S.A, através do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o **Banco Santander S.A.**

15.1.1. A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

15.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

15.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

15.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

15.4.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

16. DA FISCALIZAÇÃO:

16.1. A execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal especialmente designados para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 7º e 8º do Decreto Municipal nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

17.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



17.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

17.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

17.2.4. Multa de:

17.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

17.2.4.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 15.604, de 28 de março de 2023.

17.2.4.1.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.2.4.1.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.2.4.1.4. entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

17.2.4.2. 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

17.2.4.2.1. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.2.4.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.2.4.3. 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

17.2.4.3.1 der causa à inexecução total do contrato;

17.2.4.3.2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.2.4.3.3. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.2.4.3.4. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



17.2.4.3.5 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.2.4.3.6 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2.4.4. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documentos fiscal.

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

17.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



17.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

18. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O valor estimado desta contratação possui caráter sigiloso.

19. DO REAJUSTE

19.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

20. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

20.1. O prazo de vigência e de execução do contrato é de 12 (doze) meses, improrrogável (art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021), contados **a partir da data da última assinatura**, devendo ser publicado na forma do art. 94, da Lei Federal nº14.133/2021.

21. DO ACESSO À INFORMAÇÃO:

21.1. Este Termo de Referência se enquadra como documento público, não havendo restrições quanto à sua publicidade, salvo nas hipóteses legalmente previstas, conforme dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.



Apêndice A
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

À Secretaria Municipal das Licitações da Prefeitura de Fortaleza.

Pregão Eletrônico nº _____

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[00.000.000/0000- 00]**, estabelecida na **[ENDEREÇO COMPLETO]**, neste ato representada por seu **[CARGO DO REPRESENTANTE]**, o(a) Sr(a). **[NOME COMPLETO]**, portador(a) do CPF nº **[000.000.000-00]**, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei nº 14.133/2021, que:

1. **ACEITA E COMPROMETE-SE** ao cumprimento integral e incondicional de todas as exigências e condições do Termo de Referência, em especial aos itens 10.17 a 10.23, que versam sobre a Gratuidade Integral de Diagnóstico e Orçamento; Desvinculação de Venda de Peças e Serviços; Vedação à Obsolescência Programada por Software; Direito ao Reparo por meios próprios; e Longevidade do Parque Tecnológico.
2. **COMPROMETE-SE**, em caso de alegação de restrição por propriedade intelectual, segredo industrial ou restrição de acesso a softwares/ferramentas, a realizar todas as intervenções técnicas necessárias (preventivas ou corretivas) que dependam de tais recursos exclusivos **sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal da Saúde** quanto a mão de obra, deslocamento, uso de analisadores ou licenças de serviço.
3. **GARANTE** que, para equipamentos **fora do período de garantia**, o prazo máximo para a **solução definitiva** de chamados técnicos que envolvam as restrições acima mencionadas será de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da formalização da demanda pela CONTRATANTE.
4. **DECLARA** estar ciente de que o descumprimento de qualquer um dos pontos desta declaração ou a prestação de informações falsas sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas no Capítulo 17 do Termo de Referência e na legislação vigente.

[Local e Data]

REPRESENTANTE LEGAL



Apêndice B
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

À Secretaria Municipal das Licitações da Prefeitura de Fortaleza.

Pregão Eletrônico nº _____

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[00.000.000/0000- 00]**, estabelecida na **[ENDEREÇO COMPLETO]**, neste ato representada por seu **[CARGO DO REPRESENTANTE]**, o(a) Sr(a). **[NOME COMPLETO]**, portador(a) do CPF nº **[000.000.000-00]**, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei nº 14.133/2021, que possui assistência técnica própria ou autorizada em Fortaleza/CE ou que, no caso de não possuir:

1. Compromete-se a arcar com todos os custos de frete (porta a porta), seguro, passagens, estadias e diárias de técnicos para atendimentos em Fortaleza/CE, sem qualquer ônus à Administração.
2. Compromete-se a custear deslocamentos e fretes estende-se por todo o período de suporte técnico obrigatório (10 anos), aplicando-se integralmente a equipamentos que já tenham ultrapassado o prazo de garantia de fábrica.
3. Para equipamentos fora do período de garantia, a empresa garante a solução definitiva de intervenções técnicas (especialmente as decorrentes de restrições de acesso/propriedade intelectual) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, assumindo os riscos logísticos decorrentes da inexistência de sede local.
4. Declara ciência de que, para os itens 1, 2, 5, 6, 7, 8 do presente pregão, a gratuidade de diagnóstico e orçamento permanece válida por 5 anos após a garantia, e por 2 anos para os demais, não sendo permitida a cobrança de "taxas de visita" sob o pretexto de deslocamento.

[Local e Data]

REPRESENTANTE LEGAL

**APÊNDICE DO ANEXO I**
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**INTRODUÇÃO:**

Estudo Técnico Preliminar destinado à verificação da melhor solução para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares de suporte à vida de recém-nascidos, com vistas à modernização tecnológica e fortalecimento da rede hospitalar municipal de Fortaleza.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS), por meio da Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar (COREPH), identificou a necessidade de aquisição de equipamentos essenciais para assistência ventilatória, monitorização, aspiração e ressuscitação de bebês recém-nascidos, visando suprir as demandas assistenciais dos centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva e salas de emergência.

A demanda decorre da necessidade de:

- garantir a continuidade e a integralidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);
- substituir equipamentos obsoletos ou inoperantes, considerando que grande parte do parque tecnológico atual se encontra envelhecido, com vida útil ultrapassada e crescente custo de manutenção;
- ampliar a capacidade de resposta em situações críticas, sobretudo nas unidades de terapia intensiva, emergências, centros cirúrgicos e ambulâncias de suporte avançado;
- padronizar o parque tecnológico, favorecendo a manutenção preventiva e corretiva, a gestão de insumos e a interoperabilidade dos dispositivos;
- fortalecer a infraestrutura hospitalar e pré-hospitalar, garantindo disponibilidade imediata de equipamentos essenciais à preservação da vida.
- viabilizar a inauguração do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), o que impõe a necessidade de aquisição de equipamentos médico-hospitalares essenciais para seu funcionamento.

A contratação justifica-se pelo interesse público em assegurar que os serviços de urgência, emergência e terapia intensiva disponham de equipamentos seguros, tecnicamente adequados e em plenas condições de funcionamento, capazes de sustentar a assistência ventilatória, monitorização, aspiração e ressuscitação de bebês recém-nascidos em situações tanto habituais como críticas.

Equipamentos como aparelho de Fototerapia Convencional em suporte para tratamento de icterícia neonatal, berços, Cardiotocógrafo para monitoramento fetal, capacetes para oxigenoterapia, incubadoras, são indispensáveis para a estabilização e o monitoramento clínico em ambientes hospitalares e de transporte. A indisponibilidade ou falha desses dispositivos compromete diretamente a segurança do paciente neonato, a eficiência do atendimento e a capacidade de resposta das equipes assistenciais em situações de risco iminente de morte.

A presente aquisição está alinhada às diretrizes das Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) nº 509/2021 e nº 611/2022 da ANVISA, que tratam, respectivamente, das boas práticas para o funcionamento de serviços de saúde e da gestão de tecnologias em saúde. Essas normas determinam que os equipamentos médico-hospitalares sejam mantidos em condições operacionais adequadas, com manutenção preventiva, corretiva e registros de rastreabilidade e desempenho.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



A iniciativa também observa o princípio da eficiência administrativa previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, ao buscar otimizar os recursos públicos, reduzir custos decorrentes de falhas e retrabalhos e garantir a continuidade dos serviços essenciais. Portanto, faz-se necessária a aquisição de equipamentos destinados à limpeza, desinfecção, esterilização, preparo, guarda e distribuição de materiais médico-hospitalares com vistas a:

- assegurar o atendimento emergencial e a preservação das funções vitais dos pacientes;
- garantir o funcionamento ininterrupto dos setores críticos hospitalares;
- atender às normas sanitárias e técnicas vigentes;
- reduzir o risco de eventos adversos relacionados à indisponibilidade de equipamentos; e
- promover maior eficiência e qualidade na assistência prestada à população.

O conjunto de equipamentos a ser adquirido é essencial para fortalecer e conceder as devidas condições no atendimento e assistência à saúde dos pacientes da rede municipal de urgência e emergência, contribuindo para a resolutividade assistencial, a segurança dos pacientes e o cumprimento dos protocolos clínicos e operacionais das unidades hospitalares e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

A demanda contempla a aquisição dos seguintes equipamentos:

Equipamento	Finalidade principal
Aparelho de Fototerapia Convencional em suporte para tratamento de icterícia neonatal	Emissão de luz clara (a luz azul é considerada a mais eficaz) capaz de quebrar o excesso de bilirrubina presente na corrente sanguínea, de forma que ela seja eliminada mais rapidamente pelo organismo
Berço Aquecido para cuidados neonatais	Manter a temperatura corporal estável de recém-nascidos prematuros ou doentes, proporcionando um ambiente controlado e seguro para sua recuperação e monitoramento
Berço Aquecido com sistema de reanimação neonatal	Manter a temperatura corporal do recém-nascido através de calor radiante, enquanto a função de reanimação oferece suporte respiratório e monitoramento durante emergências
Berço com fototerapia acoplada para tratamento de icterícia neonatal	Tratamento da icterícia neonatal, utilizando luz azul para converter o excesso de bilirrubina em compostos solúveis, que são eliminados mais facilmente pelo corpo



	do bebê através da urina e das fezes.
Berço de Acrílico com suporte móvel para cuidados neonatais	Oferecer o máximo de segurança e conforto para os recém-nascidos em ambientes hospitalares
Bilirrubinômetro Transcutâneo para avaliação de icterícia neonatal	Medir a quantidade de bilirrubina no sangue de recém-nascidos de forma rápida, não invasiva e sem a necessidade de coleta de sangue
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho grande (G)	Destinado a utilização em tratamentos de problemas respiratórios, fornecendo um ambiente com alta concentração de umidade e oxigênio
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho médio (M)	Destinado a utilização em tratamentos de problemas respiratórios, fornecendo um ambiente com alta concentração de umidade e oxigênio
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho pequeno (P)	Destinado a utilização em tratamentos de problemas respiratórios, fornecendo um ambiente com alta concentração de umidade e oxigênio
Cardiotocógrafo para monitoramento fetal	Monitoramento a frequência cardíaca fetal (FCF) e as contrações uterinas, permitindo avaliar o bem-estar do bebê, especialmente em gestações de risco e durante o trabalho de parto
Detector de Apneia Neonatal para monitoramento respiratório	Monitora a respiração do bebê e alerta quando ocorre uma parada respiratória (apneia) ou diminuição do ritmo, emitindo um alarme sonoro e visual
Incubadora de Transporte Neonatal para deslocamento de recém-nascidos	Garantir um ambiente seguro e estável para recém-nascidos durante o deslocamento, mantendo controle sobre temperatura, umidade, oxigênio e monitoramento dos sinais vitais
Incubadora Neonatal para uso estacionário	Manutenção das condições ideais de temperatura, umidade e oxigenação, possibilitando um monitoramento constante e cuidados intensivos
Incubadora neonatal de cuidados intensivos	Criar um ambiente controlado e seguro para bebês prematuros ou doentes, mantendo a temperatura e a umidade ideais, controlando o fluxo de ar e permitindo o monitoramento dos sinais vitais
Radiômetro para aferição de irradiância em fototerapia	Medir e monitorar a intensidade da luz emitida pelos equipamentos de fototerapia, garantindo que a dose de luz seja eficaz e segura para o paciente, especialmente tratamentos como o da icterícia neonatal
Ressuscitador Neonatal tipo T para ventilação assistida	Fornecer suporte respiratório e cardíaco em casos críticos, é essencial para garantir a estabilização do paciente e manter suas funções vitais
Sonar Fetal para ausculta e monitoramento fetal	Escutar e monitorar os batimentos cardíacos do feto durante a gravidez

2. ÁREAS REQUISITANTES

A área requisitante da presente contratação é a Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar (COREPH), unidade integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS), responsável por planejar, coordenar e monitorar a rede hospitalar e de urgência e emergência do município.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da presente contratação está previsto no PCA 2026, disponível em <https://pncp.gov.br/app/pca/07954605000160/2026/91>.

ID do PCA PNCP: 07954605000160-0-000091/2026 – Fundo Municipal de Saúde (UASG: 25901);

Item do PCA: 261;

Classe: 215 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



261

215 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS
UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS
HOSPITALARES

R\$ 67971127,46

03/02/2026

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação deverá observar requisitos técnicos, funcionais, regulatórios e administrativos, de modo a assegurar que os equipamentos adquiridos atendam integralmente às necessidades assistenciais de suporte à vida dos recém-nascidos, da parte monitorização da rede hospitalar municipal, em estrita conformidade com a legislação sanitária e técnica vigente.

Requisitos Técnicos e Funcionais

- Conformidade com padrões de desempenho e segurança específicos para uso médico-hospitalar, devendo os equipamentos ser projetados para operação contínua em ambientes críticos, como UTIs, centros cirúrgicos, emergências e unidades móveis de suporte avançado.
- Atender às necessidades clínicas de monitorização, assistência ventilatória, aspiração e ressuscitação, compatíveis com diferentes perfis de pacientes recém-nascidos.
- Possuir interface de operação intuitiva, com alarmes visuais e sonoros que atendam às exigências de segurança e usabilidade do operador.
- Fornecimento de manuais técnicos, de operação e manutenção em língua portuguesa, com instruções claras de uso e conservação.
- Garantia de disponibilidade de peças e componentes originais no mercado nacional por período mínimo de 10 (dez) anos após a aquisição.
- Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo cobertura integral de peças, mão de obra e deslocamento técnico.
- Adequação à infraestrutura elétrica e de aterramento das unidades de saúde, com indicação da tensão e frequência compatíveis e proteção contra sobrecarga.
- Equipamentos com memória interna ou registro de eventos (quando aplicável), permitindo rastreabilidade de uso e suporte à gestão de manutenção.

Requisitos Regulatórios

- Registro ou cadastro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme exigências da RDC nº 751/2022 (que substitui a RDC nº 185/2001) e demais regulamentações correlatas.
- Atendimento integral às normas da ABNT NBR IEC 60601-1 e respectivas partes colaterais e particulares aplicáveis (segurança elétrica e desempenho essencial de equipamentos eletromédicos).
- Observância das exigências do INMETRO quanto à certificação compulsória para equipamentos eletromédicos, conforme regulamentação vigente.
- Conformidade com as RDC nº 509/2021 e RDC nº 611/2022 da ANVISA, no que tange às boas práticas de gestão, controle de manutenção e rastreabilidade de equipamentos médico-hospitalares.

Requisitos de Sustentabilidade e Gestão

- Preferência para equipamentos com baixo consumo energético, sistemas de stand-by automático e componentes recicláveis, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.
- Capacidade de integração futura com sistemas informatizados de gestão patrimonial e de engenharia clínica da SMS, viabilizando controle de inventário e manutenção.
- Fornecimento obrigatório de treinamento inicial presencial aos profissionais das áreas assistenciais e da engenharia clínica, abrangendo operação, cuidados preventivos e primeiros procedimentos de manutenção.
- Disponibilização de manual técnico digital e acesso a suporte remoto durante o período de garantia, facilitando a capacitação e o uso racional dos equipamentos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**Requisitos Administrativos e de Garantia Contratual**

- Entrega, instalação, calibração e testes de aceitação de desempenho realizados em cada unidade de destino, com relatório técnico de conformidade emitido pela engenharia clínica da SMS como condição de recebimento definitivo.
- Apresentação, no ato da entrega, de termo de garantia do fabricante e plano de manutenção preventiva recomendada, contendo periodicidade, procedimentos e itens críticos de inspeção.
- Responsabilidade integral do fornecedor pela assistência técnica durante o período de garantia, assegurando atendimento local ou regional com prazos máximos de resposta definidos no contrato.
- Obrigatoriedade de uso de peças originais e mão de obra qualificada, sob pena de perda de garantia.
- Fornecimento de certificado de calibração rastreável à RBC/Inmetro, quando aplicável ao tipo de equipamento.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. Dimensionamento por Perfil Assistencial e Capacidade de Leitos: a definição das quantidades fundamenta-se na capacidade instalada e na complexidade dos serviços prestados em cada unidade da rede municipal:

- Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC): O aporte de 122 itens é dimensionado para a estruturação de 12 novos leitos de UCINCo (Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional). O cálculo prevê a dotação de equipamentos de suporte térmico, monitorização e fototerapia em conformidade com o fluxo assistencial esperado para estes novos leitos.
- Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana (HDGMM): O quantitativo de 101 itens justifica-se pela implantação/manutenção de sua UTI Neonatal. Por se tratar de uma unidade de alta criticidade, a densidade tecnológica por leito é superior, exigindo equipamentos de suporte à vida (como Incubadoras de Cuidados Intensivos e Ressuscitadores tipo T) com disponibilidade imediata e integral.
- Rede de Urgência (UPAs e SAMU): Os 21 itens destinados a estas unidades (18 para UPAs e 3 para SAMU) visam garantir a segurança no transporte e na estabilização de recém nascidos, assegurando que o suporte tecnológico seja contínuo desde o primeiro atendimento até a transferência para as unidades de referência.

5.2. Parâmetros Técnicos e Normativas de Referência: para a memória de cálculo, foram adotados critérios técnicos estabelecidos por órgãos reguladores:

- RDC 07/2010 (ANVISA): Estabelece a obrigatoriedade de suporte térmico e ventilatório na proporção de 1:1 para leitos de terapia intensiva e semi-intensiva.
- Portaria MS nº 930/2012: Define as diretrizes para a atenção ao recém-nascido grave ou crítico, servindo de base para o dimensionamento dos aparelhos de fototerapia e monitoramento fetal.
- Protocolos de Reanimação Neonatal (SBP): Justificam o quantitativo de ressuscitadores tipo T e sonares para garantir prontidão em todas as salas de parto e recepção do RN.

5.3. Margem de Segurança e Reserva Técnica: o total acumulado de 426 equipamentos contempla uma reserva estratégica (aprox. 10% a 15%) essencial para a operação do setor de Engenharia Clínica, permitindo:

- Continuidade Assistencial: Substituição imediata de equipamentos que necessitem de manutenção preventiva ou corretiva, evitando a ociosidade de leitos.
- Ciclo de Higienização: Disponibilidade de backup para suprir o tempo de desinfecção terminal e processamento de materiais entre a alta de um paciente e a admissão de outro.

5.4. Padronização e Eficiência Administrativa A aquisição centralizada e a distribuição planejada visam a padronização do parque tecnológico da SMS. Esta medida otimiza futuros contratos de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



manutenção, facilita o treinamento das equipes assistenciais e reduz o custo operacional de estocagem de insumos e peças de reposição.

Desta forma, as informações foram consolidadas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e sintetizada na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO - EMH	CÓD. SEPOG	QUANTITATIVO POR HOSPITAL										Total Geral	
		HDEAM	HDEBO	HDGMB	HDGMW	HDGMM	HDMJO	HIF	HMDZAN	HNSC	UPAS		SAMU
Aparelho de Fototerapia Convencional em suporte para tratamento de icterícia neonatal	3608207			2	10	11			2	9			34
Berço Aquecido para cuidados neonatais	3608205			10	9	15			5	6			45
Berço Aquecido com sistema de reanimação neonatal	3608206			2	2	2			2	2			10
Berço com fototerapia acoplada para tratamento de icterícia neonatal	3608194			5		4			2	2			13
Berço de Acrílico com suporte móvel para cuidados neonatais	3608204				30	10				40		3	83
Billirrubinômetro Transcutâneo para avaliação de Icterícia neonatal	3608208			2	2	2			4	2			12
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho grande (G)	3608209			5	5	5			5	5		3	28
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho médio (M)	3608210				5	5	5			5		3	28
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho pequeno (P)	3608211			5	5	5			5	5		3	28
Cardiotocógrafo para monitoramento fetal	3545793			1						5			6
Detector de Apneia Neonatal para monitoramento respiratório	3608212			1	1	1			2	1			6
Incubadora de Transporte Neonatal para deslocamento de recém-nascidos	3567012			2	2	2			2	2		3	13
Incubadora Neonatal para uso estacionário	3608213					10				15			25
Incubadora neonatal de cuidados intensivos	3608911					10				5			15
Radiômetro para aferição de irradiância em fototerapia	3608214			3	3	3			3	3			15
Ressuscitador Neonatal tipo T para ventilação assistida	3608215			5	4	4			2	3		3	21
Sonar Fetal para ausculta e monitoramento fetal	3539235			4	12	12			4	12			44
Total Geral		0	0	52	90	101	0	0	43	122		18	426

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com base na consolidação de itens e quantidades constantes do DFD, verifica-se ampla oferta no mercado nacional, com múltiplos fabricantes e distribuidores por categoria, o que permite competição adequada e seleção pelo critério de menor preço com requisitos mínimos de desempenho e segurança aplicáveis a EMH.

6.1. Alternativas de solução avaliadas:

Aquisição por licitação com Sistema de Registro de Preços (SRP), por item/grupos

- Como funciona: realização de pregão eletrônico, com ata de registro de preços e possibilidade de entregas parceladas por 12 meses (prorrogável conforme regulamento), aderente ao planejamento unificado da rede.

- **Vantagens:**

- captura de economia de escala (volumes consolidados em 2026);
- flexibilidade logística (entrega por lote/unidade à medida das adequações físicas);
- competição ampliada (múltiplas marcas/distribuidores por item, reduzindo risco de deserto).

- **Pontos de atenção:**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- manter especificações não restritivas e verificar previamente compatibilidade elétrica/ambiental para cada unidade;
- prever testes de aceitação e treinamento na entrega.

Locação operacional com manutenção inclusa

- Aplicabilidade: itens de maior valor e criticidade (tomógrafo, mamógrafo, arco em C) podem ser locados com SLA de disponibilidade.
- Vantagens: dilui o investimento inicial, mitiga obsolescência e garante níveis de serviço.
- Desvantagens: custo total de longo prazo pode superar a compra; dependência do fornecedor; menor legado patrimonial.

Adesão a atas existentes (carona)

- Vantagens: implantação mais rápida se houver ata compatível, preços vantajosos e fornecedores com cobertura local.
- Desvantagens: menor controle sobre prazos/itens e risco de descompasso com o planejamento unificado de 2026.

Compra direta por itens (sem SRP), com adjudicação por item

- Vantagens: simplicidade procedimental em alguns casos.
- Desvantagens: perde flexibilidade de entrega parcelada, dificulta coordenação de cronogramas entre hospitais e reduz potencial de economia de escala.

Comodato atrelado a insumos

Aplicabilidade limitada para EMH de imagem e vídeo (modelo é mais comum para reagentes/sistemas de laboratório). Em geral, não recomendável para este conjunto por risco de amarração comercial e restrição à competição.

6.2. Comparativo técnico-econômico resumido (5 anos)



Critério	SRP (Compra)	Locação com manutenção inclusa	Carona	Compra direta sem SRP
Investimento inicial	Alto	Baixo	Baixo a médio	Alto
Custo total (5 anos)	Menor (em regra)	Maior (mensalidade)	Variável	Médio
Flexibilidade de entrega	Alta (parcelas)	Média	Baixa a média	Baixa
Aderência ao PCA 2026 unificado	Alta	Média	Baixa	Média
Risco de desabastecimento/atraso	Baixo	Baixo	Médio	Médio
Mitigação da obsolescência	Média (pede política de manutenção pós-garantia)	Alta	Baixa	Baixa

6.3 Conclusão técnico-econômica

Diante do portfólio amplo e competitivo de EMH contemplado no DFD e do planejamento de consolidação em 2026, a alternativa mais vantajosa é a aquisição por SRP, por item (ou por famílias técnicas quando justificável), com entrega parcelada e treinamento + testes de aceitação como condição de recebimento. Essa solução:

- alavanca economia de escala com os volumes totais previstos;
- oferece sincronização com as obras/adequações físicas e cronograma de inauguração do HNSC;
- preserva a ampla competição entre marcas e distribuidores, evitando especificações restritivas;
- permite planejar a manutenção: garantia mínima + estratégia de manutenção pós-garantia (processo específico ou módulo opcional com SLA).

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar de preços foi elaborada com base nas informações constantes na planilha consolidada abaixo, que apresenta os quantitativos demandados por cada hospital da rede municipal, devidamente provocados pela Engenharia Clínica/COREPH para levantamento individual. A maior parte dos preços unitários foi obtida através de pesquisa no Portal de Consulta de Preços do Fundo Nacional de Saúde – FNS, vinculado ao Ministério da Saúde, em 04/09/2025, constituindo-se fonte oficial e fidedigna para este tipo de levantamento. Para itens não localizados nessa base, utilizaram-se pesquisas de mercado simples em sítios eletrônicos de fornecedores e consultas a Atas de Registro de Preço disponíveis.

Ressalta-se que esta estimativa de contratação não se confunde com a pesquisa de preços exigida pela Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 23, §1º, e demais dispositivos aplicáveis. Trata-

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



se de levantamento inicial destinado a subsidiar o Estudo Técnico Preliminar, não possuindo o rigor metodológico da cotação formal exigida em fase posterior do processo licitatório.

Desse modo, a estimativa de valor aqui apresentada tem caráter meramente indicativo, servindo para dimensionar a magnitude da contratação e orientar as etapas subsequentes do planejamento, devendo ser posteriormente complementada com pesquisa de preços em conformidade com a legislação vigente.

Segue abaixo tabela que sintetiza os valores encontrados:

DESCRIÇÃO - EMH	CÓD. SEPOG	QUANTITATIVO POR HOSPITAL											Total Geral	VALOR ESTIMADO (R\$)	
		HDEAM	HDEBO	HDEBIC	HDEBIM	HDEBMM	HDEBMO	HIF	HIDZAN	HNSC	UPAS	SAMU		UNITÁRIO	TOTAL
Aparelho de Fototerapia Convencional em suporte para tratamento de icterícia neonatal	3608207			2	10	11			2	9			34	SIGILOS	
Berço Aquecido para cuidados neonatais	3608205			10	9	15			5	6			45		
Berço Aquecido com sistema de reanimação neonatal	3608206			2	2	2			2	2			10		
Berço com fototerapia acoplada para tratamento de icterícia neonatal	3608194			5		4			2	2			13		
Berço de Acrílico com suporte móvel para cuidados neonatais	3608204				30	10				40		3	83		
Bilirrubinômetro Transcutâneo para avaliação de icterícia neonatal	3608208			2	2	2			4	2			12		
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho grande (G)	3608209			5	5	5			5	5		3	28		
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho médio (M)	3608210			5	5	5			5	5		3	28		
Capacete de Acrílico Neonatal para oxigenoterapia – tamanho pequeno (P)	3608211			5	5	5			5	5		3	28		
Cardiotocógrafo para monitoramento fetal	3545793			1						5			6		
Detector de Apneia Neonatal para monitoramento respiratório	3608212			1	1	1			2	1			6		
Incubadora de Transporte Neonatal para deslocamento de recém-nascidos	3567012			2	2	2			2	2		3	13		
Incubadora Neonatal para uso estacionário	3608213					10				15			25		
Incubadora neonatal de cuidados intensivos	3608911					10				5			15		
Radiômetro para aferição de irradiância em fototerapia	3608214			3	3	3			3	3			15		
Ressuscitador Neonatal tipo T para ventilação assistida	3608215			5	4	4			2	3		3	21		
Sonar Fetal para ausculta e monitoramento fetal	3539235			4	12	12			4	12			44		
Total Geral		0	0	52	90	101	0	0	43	122		18	426		

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução considerada mais vantajosa para atender à necessidade apresentada consiste na aquisição, por meio de processo licitatório na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), dos equipamentos médico-hospitalares descritos no Documento de Formalização de Demanda (DFD), contemplando todas as unidades hospitalares da rede municipal e o novo Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC)

A contratação, estruturada de forma unificada no PCA 2026, permitirá racionalização e economia de escala, assegurando condições homogêneas de aquisição e entrega dos equipamentos essenciais, com a flexibilidade necessária para atendimento das demandas específicas de cada hospital.

8.1. Principais elementos da solução

- Aquisição por SRP, com adjudicação por item, assegurando ampla competitividade e possibilidade de participação de diversos fornecedores;
- Entrega e instalação descentralizada, conforme as necessidades de cada hospital, inclusive a inauguração do HNSC, e a existência de dotação orçamentária.
- Testes de aceitação (SAT) obrigatórios em cada equipamento, como condição de recebimento definitivo;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- Treinamento inicial para equipes assistenciais e de engenharia clínica, garantindo uso seguro e adequado dos equipamentos;
- Garantia mínima de 12 ou 24 meses - a depender do equipamento -, com cobertura de peças, mão de obra e assistência técnica local;
- Plano de manutenção preventiva e corretiva indicado pelo fabricante, a ser observado durante e após o período de garantia;
- Fornecimento de manuais técnicos e operacionais em língua portuguesa, conforme normativos da ANVISA;
- Sustentabilidade: preferência por equipamentos com menor consumo energético, compatibilidade com sistemas digitais de gestão, e logística reversa de peças e acessórios descartados.

8.2. Benefícios esperados

- Padronização tecnológica do parque de EMH da rede municipal;
- Redução de custos com manutenção corretiva e obsolescência;
- Ampliação da capacidade de atendimento assistencial, reduzindo filas e tempo de espera;
- Segurança e qualidade assistencial, com tecnologias atualizadas e em conformidade com normas regulatórias;
- Racionalidade na gestão, com unificação da demanda e maior poder de negociação da SMS.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O objeto da presente contratação é composto por diferentes equipamentos médico-hospitalares (EMH), cada qual com características técnicas, funcionais e de mercado distintas.

Considerando a diversidade tecnológica dos itens, a forma de comercialização no mercado e a necessidade de ampliar a participação de fornecedores, a opção mais adequada é a adjudicação por item, sem agrupamento em lotes.

Tal medida tem como objetivos:

- Ampliar a competitividade, permitindo que empresas especializadas em apenas determinadas linhas de equipamentos possam participar do certame;
- Aumentar as chances de êxito da licitação, reduzindo riscos de fracasso ou deserto, uma vez que a habilitação não ficará restrita a fornecedores com portfólio amplo o bastante para atender a todos os itens simultaneamente;
- Assegurar economicidade, já que a disputa item a item tende a proporcionar melhores preços e condições específicas de fornecimento para cada tecnologia;
- Atender às peculiaridades de mercado, em que fabricantes e distribuidores costumam especializar-se em linhas específicas de EMH, como imagem diagnóstica, endoscopia, monitorização, neonatologia, entre outros.
- Permitir a aquisição dos equipamentos conforme a real necessidade de cada unidade hospitalar (sob demanda), a fim de possibilitar uma melhor distribuição do fluxo de caixa e evitar despesas desnecessárias.

Assim, o parcelamento por item está em consonância com os princípios da competitividade, economicidade e eficiência que regem as contratações públicas.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação em estudo visa alcançar resultados expressivos para a rede hospitalar e pré-hospitalar municipal, tanto sob o ponto de vista assistencial e clínico quanto sob o aspecto de gestão administrativa e otimização de recursos públicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.1. Resultados Assistenciais

- Melhoria da segurança e da qualidade do cuidado prestado aos pacientes neonatos em estado crítico, por meio da disponibilidade de equipamentos modernos e confiáveis para aspiração, desfibrilação, monitorização e aferição de parâmetros ventilatórios;
- Redução do tempo de resposta em situações de urgência e emergência, garantindo atendimento imediato e suporte adequado à manutenção das funções vitais;
- Fortalecimento das unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos, emergências e ambulâncias de suporte avançado, assegurando a continuidade assistencial em todos os níveis de complexidade;
- Conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis (ANVISA, ABNT e INMETRO), promovendo segurança elétrica, desempenho essencial e rastreabilidade dos equipamentos médico-hospitalares;
- Melhoria da capacidade operacional e da resolutividade da rede, reduzindo o risco de eventos adversos decorrentes de falhas ou indisponibilidade de equipamentos essenciais;
- Aprimoramento da atenção neonatal, com equipamentos adequados a esses públicos, reforçando a segurança e a precisão nos cuidados intensivos especializados.

10.2. Resultados Econômicos e de Gestão

- Padronização tecnológica e funcional do parque de equipamentos médico-hospitalares (EMH), o que facilita a gestão de manutenção, reduz custos com assistência técnica e amplia a eficiência logística;
- Diminuição da incidência de manutenções corretivas onerosas, substituindo equipamentos obsoletos e de alto custo operacional por modelos mais modernos, duráveis e de baixo consumo energético;
- Economia de escala ao consolidar, no Plano de Contratações Anual (PCA 2026), demandas comuns de todos os hospitais e do SAMU, otimizando o processo licitatório;
- Aumento da competitividade do certame com adjudicação por item ou grupo técnico, favorecendo a obtenção de melhores preços e condições de fornecimento;
- Fortalecimento da governança em saúde, com planejamento integrado conduzido pela COREPH e alinhado às diretrizes do Decreto Municipal nº 15.595/2023, que regulamenta o planejamento e a gestão das contratações públicas no âmbito da SMS;
- Melhor controle e rastreabilidade do ciclo de vida dos equipamentos, por meio da integração futura aos sistemas informatizados de gestão da engenharia clínica.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não há providências prévias a serem adotadas pela Administração antes da formalização da contratação, pois:

- os equipamentos objeto desta contratação — como aparelho de Fototerapia Convencional em suporte para tratamento de icterícia neonatal, berços, Cardiotocógrafo para monitoramento fetal, capacetes para oxigenoterapia, incubadoras — já possuem infraestrutura elétrica, mobiliária e operacional compatível nas unidades hospitalares e de pronto atendimento da rede municipal;
- trata-se, em grande parte, de substituição ou renovação tecnológica de equipamentos existentes, não implicando novas instalações físicas ou ampliações estruturais;
- os novos equipamentos de suporte à vida e monitorização são de grande porte e de instalação complexa, exigindo uma infraestrutura hospitalar dedicada e profissionais de saúde treinados para sua operação e manutenção, sendo necessários o recebimento e a validação técnica pela engenharia clínica;
- eventuais adequações menores, como instalação de tomadas hospitalares, pontos de aterramento ou calibração inicial, já se encontram previstas na rotina de manutenção da rede ou serão executadas pelo fornecedor durante o processo de aceitação técnica.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



• Dessa forma, a contratação deverá ser executada em conformidade com o cronograma estabelecido pela COREPH e pelas unidades de destino. A instalação envolve a integração com a infraestrutura da UTI, como sistemas de fornecimento de oxigênio, vácuo e energia elétrica, além de redes de monitoramento centralizado. A instalação e a manutenção são realizadas por equipes técnicas especializadas e requerem a conformidade com normas rígidas de segurança (como a NBR IEC 601-2-19 para incubadoras).

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes em andamento que possam impactar ou influenciar a presente demanda.

A aquisição em estudo contempla, de forma autônoma e independente, a substituição, padronização e ampliação do parque tecnológico de equipamentos médico-hospitalares de suporte à vida de recém-nascidos, tais como aparelho de Fototerapia Convencional em suporte para tratamento de icterícia neonatal, berços, Cardiotocógrafo para monitoramento fetal, capacetes para oxigenoterapia, incubadoras.

Embora existam contratos vigentes relacionados à manutenção preventiva e corretiva, calibração e gestão patrimonial de EMH na rede hospitalar municipal, esses instrumentos não configuram interdependência direta com a presente contratação, uma vez que têm por objeto o suporte técnico continuado e não a aquisição de novos bens.

Assim, a execução do presente processo poderá ocorrer de forma autônoma, segura e coordenada com as rotinas de manutenção e incorporação tecnológica da Secretaria Municipal da Saúde, sob gestão da COREPH, sem dependência de outras licitações ou contratações diretas em curso.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de equipamentos médico-hospitalares (EMH) envolve potenciais impactos ambientais relacionados ao consumo de energia, ao uso de insumos e ao descarte de resíduos e componentes ao final da vida útil dos bens.

13.1. Aspectos positivos esperados

- Substituição de equipamentos antigos por novos, mais eficientes em consumo energético, contribuindo para a redução da pegada ambiental das unidades hospitalares;
- Possibilidade de aquisição de tecnologias mais modernas, com menor necessidade de insumos descartáveis e maior durabilidade dos componentes;
- Redução de manutenções corretivas em excesso, que frequentemente geram resíduos (peças, óleos, eletrônicos etc.).

13.2. Medidas de mitigação e sustentabilidade

- Exigência de certificação de conformidade com normas ambientais e de eficiência energética aplicáveis (INMETRO/ABNT), sempre que disponíveis;
- Logística reversa para baterias, componentes eletrônicos e acessórios descartados, conforme previsto em legislação ambiental específica;
- Preferência por fornecedores que ofereçam planos de descarte adequado ou que estejam cadastrados em programas de sustentabilidade;
- Manutenção preventiva periódica, conforme recomendações do fabricante, a fim de aumentar a vida útil dos equipamentos e reduzir a geração de resíduos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Dessa forma, a contratação contribuirá para a modernização sustentável do parque tecnológico hospitalar, alinhando-se ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes de gestão ambiental aplicáveis à Administração Pública.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise da necessidade apresentada, das áreas envolvidas, da previsão no PCA, das quantidades demandadas, do levantamento de mercado, da estimativa preliminar de preços, da descrição da solução, da justificativa para parcelamento, dos resultados pretendidos, das providências prévias, da ausência de contratações correlatas e da avaliação dos impactos ambientais, conclui-se pela viabilidade da presente contratação.

A solução recomendada consiste na aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com adjudicação por item, equipamentos médico-hospitalares de suporte à vida e monitorização fisiológica dos recém-nascidos constantes no Documento de Formalização de Demanda (DFD), contemplando todos os hospitais da rede municipal de Fortaleza, do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC) e do SAMU

Tal contratação é essencial para:

- assegurar a continuidade e a qualidade da assistência à saúde;
- fortalecer a estrutura assistencial dos hospitais da rede e apoiar a implantação do HNSC;
- promover a substituição de equipamentos obsoletos e a modernização tecnológica da rede;
- garantir maior segurança, eficiência e resolutividade no atendimento hospitalar e pré-hospitalar;
- atender às diretrizes de planejamento da SMS, com previsão unificada no PCA 2026 e respaldo orçamentário adequado.
- assegurar o atendimento imediato a emergências clínicas e cirúrgicas, com equipamentos confiáveis e em conformidade com normas sanitárias e técnicas vigentes.

Assim, este Estudo Técnico Preliminar recomenda a deflagração do processo licitatório correspondente, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme o Decreto Municipal nº 15.608/2023 e suas atualizações, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR

Att. Sr (a). Pregoeiro (a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A Empresa _____ sediada na (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), nº ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por _____ (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

1. Identificação da licitante:

- a. Razão Social:
- b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- c. Endereço completo:
- d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- e. Telefone, celular, e-mail:
- f. Banco Santander S/A , agência e nº da conta corrente:

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão (**não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação**).

3. Formação do Preço:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Declaramos ainda, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penalidades da lei, que nos comprometemos a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

1. Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão de obra e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados. (DESCREVER OS CUSTOS, CONFORME O CASO).
2. O prazo de entrega do objeto será de (observar o limite máximo do Termo de Referência).
3. O local de entrega do objeto será o indicado no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)



ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/20__-SMS
Pregão Eletrônico nº
Processo nº **P505306/2025**

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, conforme deliberação constante do julgamento do Pregão Eletrônico nº ____/202_ e do respectivo resultado de homologado, publicado no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº _____

II - Nos termos dos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

III - Na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

IV - Na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

2. DO OBJETO

2.1. CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE ATA SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES V (EMH V), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PREGÃO ELETRÔNICO Nº..... que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar e será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, podendo ser prorrogado nos limites da lei e mediante justificativa do interesse público, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelas licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº **P505306/2025.**

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3. DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

3.1. Este instrumento será assinado pela Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza e pelo representante do fornecedor ou procurador legalmente constituído, na forma do art. 17 do Decreto Municipal n.º 15.608, de 31 de março de 2023.

3.2. A publicação da Ata do Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preço.

3.3. O prazo de vigência da presente Ata é de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Fortaleza, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o art. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

3.5. Será incluído nesta Ata, na forma de anexo, o registro do(s) fornecedor(es) que aceitarem cotar bens e serviços com preços iguais ao do(s) licitante(s) vencedor(es) na sequência da classificação do certame e os que mantiverem sua proposta original.

4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá à **Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza – SELIFOR** o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

5. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro-Fortaleza – Ceará.

5.1. O órgão ou entidade participante da Ata de Registro de Preço deverá observar o art. 8º do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023;

5.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste instrumento;

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/serviços no prazo estabelecido pelo mesmo.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados poderá ser realizada por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e art. 33 do Decreto Municipal nº 15.608/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.3. O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela Administração.

6.4. Para realização da contratação, os órgãos ou entidades participantes deverão abrir processo numerado e instruído contendo obrigatoriamente: solicitação da compra ou contratação; dotação orçamentária; comprovação de vigência da ata de registro de preços; ordem de compra ou de serviço.

6.5. O contrato decorrente da Ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I – Termo de Referência do edital ou aviso de contratação, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Art. 35 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 34 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

6.7. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

6.8. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

6.9. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante devendo, neste último caso, ser observados os limites previstos no art. 31 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

7. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de validade da Ata, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Fortaleza que não tenha participado do certame licitatório poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, desde que justificada a vantagem da adesão e demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.4. As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

7.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.8. O quantitativo reservado para aquisição pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes constam em documento anexo parte integrante desta Ata.

7.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no art. 30 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

8.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.2. Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.3. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

8.3.1. Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

8.3.2. Fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

8.3.3. Responder no prazo de até ____ (____) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

8.3.4. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.3.5. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9. DOS PREÇOS REGISTRADOS E SUAS REVISÕES

9.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como consta no anexo B desta Ata, listagem com o cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023 ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora.

9.2. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



através do órgão ou entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

9.3. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes nos arts. 24 a 26 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

9.4. O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

9.5. Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

9.6. Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

9.7. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da Ata de registro de preço.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

10.1.4. For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

10.1.5. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados, e por razão de interesse público.

10.2. O cancelamento do registro de preço será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

11.1. As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço será de competência do órgão gerenciador; nas hipóteses em que o descumprimento ocorrer nas contratações realizadas pelos órgãos participantes e não participantes caberá ao respectivo órgão a aplicação da penalidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou quando deixar de cumprir parcial ou totalmente com as regras dispostas nesta Ata de Registro de Preço.

12.3. Nos processos para apuração e aplicação de sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão observados os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

12.4. O fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estará sujeito, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às respectivas penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 31 de março de 2023.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

13.2. Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

13.3. Signatários:

Órgão Gerenciador	Nome do Titular	Cargo	Assinatura

Órgão Participante	Nome do Titular	Cargo	Assinatura

Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	email da empresa	Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO A - QUANTITATIVOS RESERVADOS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, os órgãos participantes e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº _____.

ITEM	CÓD ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

FORNECEDOR _____

ANEXO B - DAS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE VENCEDORA

Conforme previsto no art. 16, inciso II, do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023 o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

ITEM	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	APRES.	QNT.	VALOR UNITÁR. DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
VALOR TOTAL DO ITEM R\$								

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –
Processo nº ____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA _____ E A (O) CONTRATADA _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA. O MUNICÍPIO DE FORTALEZA pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) (órgão contratante),..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXX, com sede nesta Capital, na XXXX – CEP XXXX, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), portador da Matrícula Funcional nº (ou nomeado pelo ato/portaria n.), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, os Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023, bem como na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto **AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES V (EMH V), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital de Licitação;

2.3.3. A Proposta do contratado;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência e de execução do contrato é de 12 (doze) meses, improrrogável (art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021), contado **a partir da data da última assinatura**, devendo ser publicado na forma do art. 94, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente na instituição financeira contratada para esse fim, consoante expressa previsão legal contida no art. 15 da Lei Municipal nº 10.921 de 16 de setembro de 2019. Atualmente, a instituição financeira contratada se trata do Banco Santander S.A, através do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o **Banco Santander S.A.**

5.1.1. A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

5.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

5.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

5.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

5.4.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice (**Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC**).

6.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. Quanto à entrega:

7.1.1 Antes do início da execução, a contratada deverá atender às seguintes exigências e providências:

- Apresentar o nome e a comprovação da habilitação do responsável técnico pelo contrato, com registro ativo no CREA ou CFT, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), somente nos casos em que o fornecimento envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados.
- Apresentar plano logístico de entrega, instalação e treinamento, contendo as unidades de destino, sequência de entrega, cronograma de execução e responsável técnico de campo. Esse plano deverá ser previamente analisado e aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.
- Apresentar cronograma de manutenção preventiva aplicável ao período de garantia contratual, com indicação das etapas, periodicidade e procedimentos previstos, conforme recomendações do fabricante.
- Firmar Termo de Ciência e Compromisso, declarando ciência das normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar, segurança do trabalho e conduta ética a serem observadas durante a permanência de técnicos nas unidades de saúde.
- Submeter à aprovação da Engenharia Clínica/COREPH os modelos de relatórios técnicos, checklists de entrega e manutenção, que serão utilizados para o acompanhamento do contrato e recebimento definitivo dos equipamentos.

7.1.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em:

- 30 (trinta) dias corridos para os itens dos lotes 01, 02, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21;
- 60 (sessenta) dias corridos para os itens dos lotes 03, 04, 09, 10, 24, 25, 26, 27;
- 90 (noventa) dias corridos para os itens dos lotes 05, 06, 07, 08, 11, 12, 22, 23;

Sendo os prazos acima contados a partir da data de emissão da nota de empenho, salvo prazos superiores expressamente previstos na descrição complementar do item correspondente.

7.1.3. A contratada será responsável por todas as despesas de transporte, seguro, embalagem, carregamento, descarregamento e instalação dos equipamentos até o local de destino, devendo garantir que o produto seja entregue em perfeitas condições de uso e funcionamento, acompanhado de todos os acessórios, manuais e documentos obrigatórios.

7.1.4. O local exato de entrega será indicado pela Coordenadoria de Redes Pré-Hospitalar e Hospitalar – COREPH/SMS, conforme a demanda da SMS, podendo incluir almoxarifado central,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



hospitais, UPAs e bases do SAMU - todos situados no município de Fortaleza/CE-, nos seguintes endereços (lista não exaustiva):

• **Almoxarifado Central da SMS**

R. Encontros, 1800 B - Bairro Cajazeiras, Fortaleza/CE - CEP 60810-670

• **Hospital da Mulher de Fortaleza – Dra. Zilda Arns Neumann (HMDZAN)**

Av. Lineu Machado, nº 155 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101 (entrada pela Rua Prof. Manoel Lourenço).

• **Hospital da Criança de Fortaleza (HCF)**

Av. Lineu Machado, nº 50 – Bairro Jóquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101

• **Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira – Frotinha de Messejana (HDEBO)**

Av. Jornalista Tomaz Coelho, nº 1578 – Bairro Messejana, Fortaleza/CE – CEP 60842-021

• **Hospital Distrital Maria José Barros de Oliveira – Frotinha da Parangaba (HDMJBO)**

Av. General Osório de Paiva, nº 1127 – Bairro Parangaba, Fortaleza/CE – CEP 60741-000

• **Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura – Frotinha de Antônio Bezerra (HDEAM)**

Rua Cândido Maia, nº 294 – Bairro Antônio Bezerra, Fortaleza/CE – CEP 60356-830

• **Hospital Distrital Gonzaga Mota da Barra do Ceará (HDGMB)**

Av. Dom Aloísio Lorscheider, nº 1130 – Bairro Vila Velha, Fortaleza/CE – CEP 60347-780

• **Hospital Distrital Gonzaga Mota do José Walter (HDGMJW)**

Av. C, 485 – Bairro José Walter, Fortaleza/CE – CEP 60750-020

• **Hospital Distrital Gonzaga Mota de Messejana (HDGMM)**

Av. Washington Soares, 7700 – Bairro Messejana, Fortaleza/CE – CEP 60844-150 10.

• **Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC)**

Rua 1018, nº 148 – 4ª Etapa – Conjunto Ceará II, Fortaleza/CE – CEP 60532-690

• **UPA 24h**

Cristo Redentor Av. Pres. Castelo Branco, s/n – Bairro Cristo Redentor, Fortaleza/CE – CEP 60010-450

• **UPA 24h Itaperi**

Rua Betel, sn – Bairro Rachel de Queiroz, Fortaleza/CE – CEP 60714-315

• **UPA 24h Bom Jardim**

Rua Sargento João Pinheiro, sn - Granja Lisboa, Fortaleza – CE – CEP 61661-115

• **UPA 24h Edson Queiroz**

Av. Contorno, s/n – Bairro Edson Queiroz, Fortaleza/CE – CEP 60812-035

• **UPA 24h Vila Velha**

Av. L, s/n – Bairro Vila Velha, Fortaleza/CE – CEP 60810-670 (esquina com Av. G)

• **UPA 24h Jangurussu**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Av. Contorno Sul, s/n – Bairro Jangurussu, Fortaleza/CE – CEP 60875-205 (esquina com Av. Castelo de Castro)

• **Base Principal do SAMU Fortaleza**

Avenida Lineu Machado, nº 50 – Bairro Jôquei Clube, Fortaleza/CE – CEP 60520-101 (Anexo ao Hospital da Criança de Fortaleza – HCF).

7.1.5. A entrega deverá ocorrer mediante agendamento prévio com o gestor do contrato, da unidade e/ou com a Engenharia Clínica/COREPH, de modo a permitir o acompanhamento técnico e a conferência física dos itens.

7.1.6. A contratada deverá realizar treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, fornecendo certificados de participação.

7.2. Quanto ao recebimento:

7.2.1. PROVISORIAMENTE, até **10 (dez) dias corridos** da entrega do produto, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pelo(s) fiscal(is) do contrato.

7.2.2. DEFINITIVAMENTE, até **30 (trinta) dias corridos** da expedição do termo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo(s) fiscal(is) da contratação, será expedido termo de recebimento definitivo, devendo haver rejeição do objeto no caso de desconformidade. O Termo de recebimento definitivo será lavrado pelo(s) fiscal(is) do Contrato.

7.2.3. Somente após a instalação e verificação funcional, será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, nos termos do art. 137, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4. O Recebimento Definitivo somente dar-se-á após a verificação técnica e operacional do equipamento, incluindo testes de aceitação (quando aplicáveis), apresentação dos manuais de operação e manutenção em português, certificados de garantia, comprovação de registro sanitário na ANVISA, treinamentos conforme expressamente descrito na campo de descrição complementar de cada item e declaração de assistência técnica credenciada.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do (ORGÃO), consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

- **25901.10.302.0123.1003.0051**, Elemento de Despesa **449052**; Fonte: **0.150010020000**; da Ação Gestão e manutenção das ações da Aquisição e implantação de produtos e serviços - Atenção Especializada;

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Necessário apresentação de **Garantia mínima de 06 (seis) meses para os itens do lote 15, 16 e 17 (capacetes hood)**;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- **Garantia de 36 (trinta e seis) meses para os lotes 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 22, 23, 24 e 25; e de 12 (doze) meses para os demais itens**, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra.

9.1. O prazo mínimo de garantia técnica poderá ser ampliado conforme previsto na descrição complementar do item correspondente, passando a contar a partir da data do recebimento definitivo, definido e detalhado neste termo.

9.2. A contratada deverá garantir a disponibilidade de assistência técnica especializada, própria ou devidamente credenciada, localizada no município de Fortaleza/CE ou Região Metropolitana, com infraestrutura compatível à execução dos serviços, sempre que o objeto envolver equipamentos que exijam instalação, montagem, calibração, testes de segurança elétrica ou outros serviços técnicos associados. Nesses casos, a equipe técnica deverá ser composta por profissionais com formação técnica ou superior nas áreas de Engenharia Biomédica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica ou correlatas, devidamente qualificados e certificados pelos fabricantes, conforme o nível de complexidade dos equipamentos e conforme a atribuição técnica definida na Resolução CONFEA nº 1.073/2016.

9.2.1. Para equipamentos de fornecimento simples, que não demandem instalação, montagem, calibração ou testes de segurança elétrica, a contratada deverá apenas garantir a entrega, em perfeitas condições de uso, bem como os demais requisitos previstos neste Termo.

9.3. A contratada será responsável pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários, observadas as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis, em especial a ABNT NBR IEC 60601-1 e correlatas.

9.4. Sempre que houver necessidade de deslocamento do equipamento ou de partes e peças para fora das dependências da unidade de saúde, o transporte deverá ser realizado sob responsabilidade integral da contratada, mediante justificativa técnica formal previamente autorizada pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH. Nessa ocasião, deverá ser emitido Termo de Retirada de Equipamento, contendo a descrição detalhada do bem, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, defeito apresentado, estado físico e data de retirada, com assinatura do técnico responsável da contratada e do representante da unidade de saúde. O mesmo procedimento deverá ser adotado para o retorno do equipamento, mediante relatório técnico conclusivo descrevendo o serviço realizado, peças substituídas, testes de segurança elétrica e funcionalidade.

9.5. A contratada deverá manter registro de todos os atendimentos realizados, em sistema informatizado ou planilha validada, contendo data, identificação do técnico, número do chamado, tempo de resposta e tempo de solução, disponibilizando esses registros sempre que solicitados pela Administração.

9.6. Nos casos em que os serviços forem realizados dentro das dependências das unidades de saúde, a contratada deverá observar as seguintes condições:

- obter autorização prévia do gestor da unidade e do responsável pelo setor onde o serviço será executado, com registro formal da data, horário e natureza da atividade;
- utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- garantir que os EPIs sejam integralmente fornecidos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a contratante;
- respeitar integralmente o ambiente hospitalar, observando as normas internas de controle de acesso, fluxo de pessoas e descarte de resíduos;
- zelar pela integridade e segurança de pacientes, profissionais e visitantes, evitando ruídos, odores, interrupções de energia ou quaisquer interferências que possam comprometer o funcionamento das atividades assistenciais;
- manter conduta ética, cortês e profissional durante todo o período de permanência nas dependências da unidade, sendo vedado o uso de trajas inadequados, aparelhos sonoros ou celulares em áreas assistenciais;
- identificar-se adequadamente, portando crachá funcional visível com o nome da empresa contratada e do técnico responsável;
- cumprir as normas de biossegurança, controle de infecção e vigilância sanitária vigentes, observando as determinações da ANVISA e da Secretaria Municipal da Saúde;
- não utilizar ferramentas, insumos ou materiais pertencentes à contratante, salvo mediante autorização expressa do gestor da unidade;
- garantir a limpeza e desinfecção da área de trabalho ao término da atividade, devolvendo o local nas mesmas condições em que foi recebido;
- cumprir os horários e regras de acesso definidos pela direção da unidade, especialmente em áreas críticas como centro cirúrgico, UTI, central de material esterilizado (CME), laboratório e imagem.

9.7. Durante o período de garantia, a contratada será responsável integralmente por todas as despesas relacionadas à assistência técnica, substituição de peças, materiais, componentes, mão de obra especializada, transporte, calibração, atualização de software e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

9.8. Os atendimentos deverão obedecer aos prazos máximos de resposta e solução estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo o fornecimento de equipamento reserva, quando aplicável.

9.9. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem, projeto, material ou funcionamento, bem como vícios ocultos, e se estenderá automaticamente a todos os itens substituídos ou reparados, reiniciando-se o prazo de garantia a partir da data da substituição ou conclusão do reparo.

9.10. Durante o período de garantia contratual, a contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, todas as manutenções preventivas recomendadas pelo fabricante, de acordo com o cronograma previamente aprovado pela Engenharia Clínica/COREPH.

9.11. As intervenções deverão contemplar, no mínimo, inspeção funcional, testes de segurança elétrica, calibração, limpeza técnica, verificação de desempenho, substituição preventiva de componentes críticos e, quando aplicável, atualização de software ou firmware.

9.12. Cada visita preventiva deverá ser formalizada mediante relatório técnico detalhado, contendo a data da execução, identificação do técnico responsável, número de patrimônio e/ou série do equipamento, procedimentos realizados, peças substituídas e resultados dos testes efetuados.

9.13. O não cumprimento do cronograma de manutenção preventiva durante o período de garantia poderá ser considerado inadimplemento contratual, ensejando as medidas cabíveis previstas na legislação vigente e no contrato administrativo.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



9.14. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dentro do período de garantia deverão obedecer aos seguintes prazos máximos de resposta e solução, contados a partir da abertura do chamado técnico devidamente registrado e autorizado pelo gestor da unidade ou pela Engenharia Clínica/COREPH:

9.14.1. Nos casos emergenciais ou críticos, que envolvem equipamentos essenciais para suporte à vida ou cuja falha interrompa serviço assistencial essencial — como em unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos ou emergências —, o prazo máximo de resposta será de até 4 (quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 24 (vinte e quatro) horas corridas. O atendimento deverá ser presencial e imediato, e, caso não seja possível solucionar o problema no local, a contratada deverá disponibilizar equipamento reserva compatível, mediante termo de entrega.

9.14.2. Nos casos corretivos não emergenciais, em que a falha não compromete diretamente a assistência imediata, mas impede o uso pleno do equipamento, o prazo máximo de resposta será de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, e o prazo máximo de solução será de até 48 (quarenta e oito) horas úteis. O atendimento deverá ocorrer mediante agendamento, devendo ser utilizadas apenas peças originais ou equivalentes devidamente homologadas pelo fabricante.

9.14.3. As manutenções preventivas programadas deverão seguir o cronograma acordado entre a contratada e a Engenharia Clínica/COREPH, observando as recomendações do fabricante. A contratada deverá apresentar plano anual de manutenção preventiva, contendo as datas de execução e a identificação dos técnicos responsáveis.

9.14.4. O suporte técnico ou diagnóstico remoto, referente a dúvidas operacionais, orientações técnicas ou verificação de falhas à distância, deverá ter prazo máximo de resposta de até 8 (oito) horas úteis e prazo máximo de solução de até 24 (vinte e quatro) horas úteis. Esse suporte poderá ser realizado de forma presencial ou remota e deverá sempre gerar registro técnico formal do atendimento.

9.15. A contratada deverá registrar todos os atendimentos realizados (emergenciais, corretivos e preventivos) em relatórios técnicos padronizados, contendo data, hora, identificação do equipamento, número de patrimônio (quando aplicável), número de série, descrição da falha, serviço executado, peças substituídas e assinatura do técnico responsável.

9.16. Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

9.17. Gratuidade Integral de Diagnóstico e Orçamento: A contratada obriga-se a fornecer orçamentos de manutenção corretiva sem qualquer custo pela prestação do serviço de diagnóstico, incluindo isenção total de taxas de visita técnica, deslocamento, horas-técnicas de avaliação, taxas administrativas ou quaisquer outros encargos/ônus por um período mínimo de:

- 5 (cinco) anos para os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 22, 23, 24 e 25;
- 2 (dois) anos para os demais itens; Contados após o término da garantia.

9.18. Desvinculação de Venda de Peças e Serviços: A comercialização de peças, componentes, placas eletrônicas e acessórios originais deve ser garantida na modalidade "balcão" (venda direta de itens de reposição), sendo expressamente vedado condicionar a venda à contratação de mão de obra da fabricante/autorizada, à realização de visitas prévias, à manutenção de contratos de serviço vigentes e quaisquer outros ônus e/ou encargos.

9.19. Vedação à Obsolescência Programada por Software: O equipamento não poderá conter bloqueios lógicos ("soft-locks"), contadores de tempo para expiração de uso, senhas de validade

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



temporária ou travas de software que interrompam o funcionamento ou limitem recursos do bem baseados em horímetro, ciclos de processamento, tempo em modo standby, ou qualquer outro tipo de contagens similares

9.20. Direito ao reparo por meios próprios: Para garantir o direito ao reparo, pela Engenharia Clínica da SMS (incluindo empresa subcontratada para a gestão da engenharia clínica), a contratada deverá fornecer no ato do recebimento definitivo:

9.20.1. Senhas de acesso à software de nível mestre/serviço (Service Mode) que permitam calibração integral, ajustes finos e reset de erros;

9.20.2. Manuais de Serviço em português, contendo diagramas de blocos, esquemas eletrônicos detalhados e vistas explodidas com códigos de partes para pedido;

9.20.3. Licenças de softwares de diagnóstico/ajuste, caso sejam necessários para a manutenção.

9.21. Longevidade do Parque Tecnológico: O fabricante ou seu representante legal deve declarar o compromisso de fornecimento de peças de reposição e suporte técnico por um período mínimo de 10 (dez) anos após o recebimento definitivo, mesmo que o modelo venha a sair de linha de produção”.

9.22. As cláusulas do item 9 são intrínsecas ao equipamento/produto adquirido pela CONTRATANTE, limitando-se tão somente aos mesmos, devendo a CONTRATADA informar o número de série de cada equipamento na respectiva nota fiscal.

9.23. Alternativamente, em caso de alegação ao direito de propriedade intelectual, segredo industrial ou qualquer outro motivo que impeça o pleno cumprimento das cláusulas de não restrição ao direito de reparo por recursos próprios, a CONTRATADA deve fornecer a declaração, informando exatamente qual item está restrito à alegação informada e comprometendo-se a realizar toda e qualquer intervenção que requeira acessos, conhecimentos técnicos, ferramentas, analisadores, instrumentais, etc., cuja posse seja restrita ao fabricante e/ou empresas especializadas, sem ônus para a CONTRATANTE. Para equipamentos fora do período de garantia, tais intervenções deverão ser concluídas em um período máximo de 15 (quinze) dias corridos após a formalização da demanda pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

10.2. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.5. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de até 48 HORAS que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal do objeto contratual;

10.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.13. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.24. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.25. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

10.26. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

10.27. Garantir que todos os produtos entregues estejam devidamente regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, salvo os casos de dispensa do mesmo que deverá ser devidamente comprovada, possuindo número de registro ou cadastro válido, embalagem original, manual técnico em português e rótulo com identificação do fabricante, importador e lote de fabricação.

10.28. Fornecer treinamento técnico-operacional in loco, destinado aos profissionais designados pela unidade de saúde e pela Engenharia Clínica/COREPH, abrangendo instruções de operação, segurança, limpeza e manutenção preventiva dos equipamentos, devendo ser emitidos certificados de participação.

10.29. Elaborar e entregar relatórios técnicos de entrega, instalação e verificação funcional, contendo número de série, patrimônio (quando aplicável), data, local de instalação, testes realizados e identificação do técnico responsável.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.30. Utilizar exclusivamente peças, componentes e acessórios originais e novos, fornecidos pelo fabricante do equipamento, acompanhados de nota fiscal e certificação de autenticidade, sendo vedado o uso de equivalentes não certificados.

10.31. Disponibilizar equipamento reserva compatível, sem ônus adicional para a Administração, sempre que a execução de reparo demandar prazo superior ao estipulado neste Termo de Referência e o bem for considerado essencial à continuidade do serviço assistencial.

10.32. Adotar práticas ambientalmente adequadas no descarte de peças e resíduos provenientes da manutenção, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), as normas da ANVISA e do órgão ambiental competente, responsabilizando-se integralmente pela destinação final dos materiais.

10.33. Observar as normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar e segurança do trabalho vigentes, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às áreas críticas, conforme orientações da CCIH e do SESMT, responsabilizando-se por seus prepostos e terceiros que atuarem nas dependências da unidade de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituirão obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

11.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

11.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Termo de Referência;

11.9. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

11.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

11.14. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.15. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculados à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e/ ou nas hipóteses previstas nos inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais e 1 (um) gestor do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, conforme quadro abaixo discriminado:

GESTOR				
	Setor	Nome	Matrícula	Cargo
TITULAR				
SUBSTITUTO				
FISCAL				
	Setor	Nome	Matrícula	Cargo
TITULAR				
SUBSTITUTO				

12.2. Ao(s) fiscal(is) e ao(s) gestor(es) competirão, além do previsto no Anexo I do Edital correlato, às seguintes atribuições conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

14.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. Multa de:

14.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

14.2.4.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 15.604, de 28 de março de 2023.

14.2.4.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.2.4.1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.2.4.1.4. Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

14.2.4.2. 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

14.2.4.2.1. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.2.4.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.2.4.3. 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

14.2.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

14.2.4.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.2.4.3.3. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.2.4.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2.4.3.5 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.2.4.3.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2.4.4. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documentos fiscal.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3. Indenizações e multas.

15.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.4. Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da NLL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. As licitantes devem observar e a CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

17.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



17.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

17.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



20.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

20.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

20.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

20.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)
CONTRATANTE

(nome do representante)
CONTRATADO(A)

Testemunhas: (nome da testemunha1) RG: CPF:	(nome da testemunha 2) RG: CPF:
--	---------------------------------------

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

**ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**

O Município de Fortaleza vem, por meio desta, apresentar justificativa acerca da não participação de Empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio no presente procedimento licitatório.

Acerca dos Consórcios, este Município informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, e isto traria riscos para a contratação, porque tal empresa poderá, de repente, ter os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas, com graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município.

Outro aspecto importante na vedação de participação de empresas em regime de consórcio é quanto à expertise técnica, na comprovação de fornecimento de objetos semelhantes aos licitados. A comprovação da qualificação técnica tem como finalidade gerar para a administração a presunção de que se a licitante já executou com sucesso objeto similar tem condições para assim fazê-lo novamente. Essa presunção se forma com base na experiência obtida pela licitante com o exercício dessas atividades pretéritas. A qualificação técnica de determinada empresa não é algo que possa ser emprestado para outra pessoa jurídica, justamente por haver nela um caráter *intuitu personae*, e como tal, resta claro que pertencer ao consórcio não legitima a equivalência entre a experiência dessas empresas. Portanto, permitir que uma empresa, utilize a expertise de outra para adjudicar para si o objeto da presente licitação não é razoável, visto que embora pertencentes ao consórcio, é certo que estas empresas não atuaram de forma conjunta na obtenção desses atestados.

(documento assinado digitalmente)

RIANE MARIA BARBOSA DE AZEVEDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA



ANEXO VI – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº /20__

<u>Nº CONTRATO</u>	<u>CONTRATADA</u>	<u>CNPJ</u>
<u>OBJETO DO CONTRATO:</u>		
<u>ESCOPO DA ORDEM DE FORNECIMENTO:</u> Descrição do objeto, conforme descrito abaixo:		
Item	Produto	Qtd Vr Unitário Vr Total R\$
		R\$
1		
TOTAL		R\$
<u>LOCAL DE ENTREGA:</u>		
<u>VALOR DA ORDEM DE FORNECIMENTO:</u>		
<u>VALOR GLOBAL DO CONTRATO:</u> R\$		
<u>PRAZO DE ENTREGA:</u> _____, contado da data de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.		

Pela presente ORDEM DE FORNECIMENTO fica a empresa, autorizada a fornecer os itens objeto do contrato nº /20__, processo nº **P505306/2025** discriminado nesta OS.

Fortaleza, de de 20__.

Matrícula nº

Diretor/Coordenador Administrativo-Financeiro

ÓRGÃO / ENTIDADE

EMPRESA

CONTRATADO (A)



ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

(NOME DA LICITANTE), declara para os devidos fins que como licitante observará e, eventualmente contratada observará e fará observar pelos fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Local e data

Licitante

**ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
606599	<p>Descrição: BERÇO DE ACRÍLICO COM SUPORTE MÓVEL PARA CUIDADOS NEONATAIS.</p> <p>- Descrição complementar: Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo, aço inoxidável ou material de resistência equivalente, de superfície lisa, resistente e de fácil higienização. Estrutura de sustentação podendo ser em coluna central ou em 04 apoios, conforme projeto do fabricante. Base dotada de no mínimo 04 rodízios, sendo no mínimo 02 com travas de segurança; diâmetro mínimo dos rodízios: 100 mm. Berço em acrílico transparente, resistente a impactos, de cantos arredondados e de fácil higienização, instalado na parte superior da estrutura de sustentação, em posição centralizada sobre a base. Dimensões internas mínimas do berço: 700 mm (comprimento) x 400 mm (largura) x 250 mm (profundidade). Dimensões externas máximas do equipamento: 950 mm (comprimento) x 600 mm (largura) x 1000 mm (altura). Inclinação do berço ajustável, com pelo menos 02 posições (Trendelenburg e reverso). Suporte do berço com regulagem de altura mínima de 200 mm. Bandeja ou prateleiras inferiores, em material metálico ou plástico de engenharia resistente, destinadas ao transporte de utensílios, acessórios ou pequenos materiais hospitalares. Capacidade mínima de carga do berço: 20 kg. Superfícies de apoio sem frestas, resistentes a desinfetantes hospitalares. Atender aos requisitos de segurança elétrica da norma ABNT NBR IEC 60601-1 (quando aplicável). Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Fornecimento de manual de operação em português, em meio físico e digital. Possuir registro válido na ANVISA</p>
443207	<p>Descrição: BERÇO COM FOTOTERAPIA ACOPLADA PARA TRATAMENTO DE ICTERÍCIA NEONATAL.</p> <p>- Descrição complementar: O equipamento deverá ser destinado a cuidados neonatais, com sistema de aquecimento radiante superior e módulo de fototerapia que possa ser integrado à estrutura do berço, não sendo aceitos modelos fixados com adaptações inseguras para os operadores e/ou paciente. A estrutura deve ser confeccionada em material resistente à oxidação, de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, possuir altura regulável e rodízios de diâmetro mínimo de 100mm (4”), sendo ao menos dois com travas de segurança. O sistema de aquecimento deverá utilizar elemento radiante de quartzo, cerâmica ou halógeno, controlado por microprocessador, com ajuste de intensidade em no mínimo 10 níveis. Deverá dispor de, no mínimo, modos de operação manual e servo-controlado por temperatura cutânea, com faixa de controle de 34 °C a 37,5 °C e precisão mínima de $\pm 0,2$ °C. São obrigatórios alarmes sonoros e visuais para falha de energia, alta e baixa temperatura cutânea e desconexão de sensor. O equipamento deverá ser fornecido com no mínimo 05 sensores de pele reutilizáveis compatíveis e possuir display digital ou tela LCD que permita a visualização simultânea da temperatura programada, temperatura medida, modo de operação e alarmes ativos. O sistema de fototerapia, integrado ao berço, deverá ter fonte de emissão em LED azul de alta intensidade, com comprimento de onda entre 430 e 490 nm. A irradiância deverá ser ajustável em pelo menos três níveis, com valor máximo igual ou superior a 30 $\mu\text{W}/\text{cm}^2/\text{nm}$, medida a uma distância de 30 a 40 cm da superfície do paciente. A vida útil mínima dos LEDs deverá ser de 30.000 horas. O posicionamento do sistema deverá permitir incidência uniforme sobre o recém-nascido e o fornecimento inicial deverá incluir no mínimo 05 protetores oculares neonatais descartáveis. O leito deverá dispor de colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência,</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	<p>com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável, removível e lavável. Deverá acompanhar suporte para soro e bandeja auxiliar removível. A alimentação elétrica deverá ser de 220 V ou bivolt automático, 60 Hz. O equipamento deverá atender à norma ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica) e à ABNT NBR IEC 60601-2-21 (requisitos específicos para aquecedores radiantes neonatais), além de possuir registro junto à ANVISA, em conformidade com a RDC 751/2022. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. O fornecedor deverá disponibilizar manual em português em meio físico e digital. O treinamento deverá ser ministrado presencialmente, no local de instalação, para a equipe técnica e assistencial de cada unidade contemplada, abrangendo operação e manutenção preventiva de primeiro nível, não sendo admitido treinamento a distância. Possuir registro válido na ANVISA.</p>
443212	<p>Descrição: INCUBADORA DE TRANSPORTE EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA PROPORCIONAR SUPORTE À VIDA, DURANTE O TRANSPORTE DE RECÉM-NASCIDOS EM AMBIENTE ADEQUADO DE UMIDADE, TEMPERATURA E OXIGENAÇÃO. POSSUIR CÚPULA CONSTRUÍDA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, COM PAREDES DUPLAS EM TODA SUA SUPERFÍCIE PARA PROTEÇÃO DO PACIENTE CONTRA PERDA DE CALOR; BASE EM MATERIAL PLÁSTICO DE ENGENHARIA; POSSUIR ALÇAS PARA TRANSPORTE; POSSUIR DOIS SUPORTES PARA CILINDROS DE GASES MEDICINAIS COM RÁPIDA RETIRADA E REINSTALAÇÃO MANUAL PARA RECARGA; PORTAS DE ACESSO FRONTAL E LATERAL AMBAS COM PAREDE DUPLA; POSSUIR PELO MENOS 2 PORTINHAS COM MANGA PUNHO E GUARNIÇÕES AUTOCLAVÁVEIS EM SILICONE ATÓXICO E 1 PORTINHA TIPO ÍRIS PARA PASSAGEM DE TUBOS E DRENOS. - Descrição complementar: Destinada ao transporte intra-hospitalar e Inter hospitalar de recém-nascidos, deve garantir condições adequadas de temperatura, oxigenação, segurança e monitorização. A capota/cúpula deve ser confeccionada em material transparente de parede dupla, permitindo isolamento térmico adequado, com acesso ao paciente por portinholas frontais e laterais, dotadas de mangas de silicone flexíveis que permitam a manipulação sem perda significativa de calor. O equipamento deve possuir para-choque perimetral e colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável. A estrutura deve possuir sistema de fixação seguro para ambulância ou maca de transporte hospitalar e rodízios de no mínimo 125 mm de diâmetro, com freio em pelo menos duas rodas, quando em base móvel. O sistema de aquecimento deve operar por convecção, com controle microprocessado, oferecendo faixa de ajuste de temperatura entre 32 °C e 38 °C, com estabilidade de $\pm 0,5$ °C. Deve possuir alarmes visuais e sonoros para alta e baixa temperatura, bem como no mínimo 05 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis. O equipamento deve apresentar sistema de umidificação por espuma de retenção sob o leito e filtro de ar bacteriológico com capacidade mínima de retenção de 0,5 μm. Devem estar presentes alarmes visuais e sonoros para falha de energia, baixa carga de bateria, falha de sensor, superaquecimento e falha de circulação de ar, além de display digital para visualização da temperatura ambiente e da temperatura selecionada, com retenção de memória do último valor ajustado, mesmo após desligamento. A</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	<p>alimentação elétrica deve ser por rede elétrica de 220 V ou bivolt automático, 60 Hz, e por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 4 horas de operação contínua e possibilidade de recarga durante o funcionamento conectado à rede. O equipamento deve possuir, obrigatoriamente, espaço e suportes integrados para o transporte de 02 (dois) cilindros de gases medicinais (Oxigênio e Ar Comprimido). Os suportes devem permitir a rápida retirada e reinstalação manual para recarga. Devem acompanhar o equipamento 01 (um) cilindro de Oxigênio e 01 (um) cilindro de Ar Comprimido, ambos padrão E (ou equivalente), confeccionados em alumínio, com válvulas compatíveis com o sistema de gases do equipamento, suporte para fluxômetro de oxigênio e espaço para instalação de ventilador de transporte, quando necessário. O equipamento deve dispor de iluminação auxiliar com haste flexível, de baixa intensidade e antiofuscante, entradas pass-through para cabos, sondas e tubos, com portinholas tipo íris ou equivalentes, e suporte de soro integrado. Deve atender integralmente à RDC ANVISA nº 751/2022, às normas ABNT NBR IEC 60601-1, IEC 60601-1-2 e IEC 60601-2-20, além de possuir registro junto ao INMETRO, quando aplicável. Deverão acompanhar o fornecimento, no mínimo, 05 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis, 01 colchão removível conforme especificado, 01 kit de baterias recarregáveis, 02 suportes para cilindros de oxigênio, 01 suporte de soro, 01 sistema de iluminação auxiliar e manual de operação em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%.</p>
443213	<p>Descrição: INCUBADORA NEONATAL DE CUIDADOS INTENSIVOS. - Descrição complementar: Equipamento Incubadora Neonatal de Cuidados Intensivos – aplicação: destinada ao cuidado intensivo de recém-nascidos prematuros ou criticamente enfermos, garantindo ambiente termo-neutro, monitoramento contínuo e acesso rápido para procedimentos médicos. A incubadora deverá possuir estrutura com cúpula dupla transparente em material resistente a impactos, com portinholas e entradas com mangas para manipulação segura, permitindo no mínimo quatro aberturas de acesso, assegurando acesso rápido e prático ao paciente. O sistema de aquecimento deverá ser servocontrolado por microprocessador, com faixa de temperatura ajustável de 30 °C a 39 °C, precisão mínima de $\pm 0,1$ °C e tempo de resposta inferior a 10 segundos, possibilitando o controle de temperatura, de, no mínimo, dois modos: manual e servo-controlado por sensor cutâneo. O equipamento deverá acompanhar no mínimo três sensores cutâneos reutilizáveis para controle de temperatura, compatíveis com o devido processo de higienização. O sistema de umidificação deverá ser ativo, com faixa regulável de umidade relativa entre 40% e 95%, com controle automático e display digital da umidade. Deverá possuir sistema de circulação de ar com filtros substituíveis, que assegurem renovação mínima de dez trocas por hora, garantindo fluxo laminar e baixo nível de ruído inferior a 55 dB. O leito interno deverá possuir dimensões mínimas de 65 cm por 35 cm, regulável em inclinação de até 12° para cabeça e pés. O colchão removível confeccionado em</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	<p>espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável, em quantidade mínima de três unidades. A incubadora deverá possuir portas de acesso rápido para procedimentos emergenciais, com travas de segurança. O display digital deverá apresentar visualização simultânea de temperatura cutânea, temperatura do ar, temperatura ajustada, nível de potência aplicada e umidade relativa. O equipamento deverá dispor de alarmes sonoros e visuais para temperatura alta ou baixa, falha de sensor, falha de energia, falha de aquecimento e níveis de umidade fora da faixa ajustada. A incubadora deverá possuir bateria interna para suporte a alarmes ativos em caso de queda de energia. A estrutura deverá ser montada sobre rodízios com diâmetro mínimo de 100 mm, sendo no mínimo dois com trava. O grau de proteção elétrica deverá ser no mínimo IPX1, em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 60601-1, e compatível com normas IEC 60601-2-19 específicas para incubadoras neonatais. O equipamento deverá operar em alimentação elétrica de 220V ± 10% ou bivolt automático. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Deverá acompanhar manual de operação em português, em meio físico e digital. O fornecimento deverá incluir treinamento presencial, realizado in loco, para cada unidade contemplada, abrangendo operação, limpeza e manutenção de primeiro nível, com registro de presença e carga horária mínima de oito horas. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%. O equipamento também deve possuir sistema servo-controlado de oxigênio.</p>
443179	<p>Descrição: BERÇO AQUECIDO PARA CUIDADOS NEONATAIS. - Descrição complementar: Deverá possuir estrutura móvel sobre rodízios com diâmetro mínimo de 100 mm, sendo no mínimo dois com trava, leito plano com laterais transparentes e removíveis que permitam acesso rápido ao recém-nascido, e ajuste de altura em relação ao chão entre 80 cm e 110 cm. O sistema de aquecimento deverá ser por radiação infravermelha, com elemento aquecedor protegido contra contato acidental, operando em dois modos: manual e com ajuste de potência servocontrolado por sensor cutâneo na faixa de 34 °C a 37,5 °C. O tempo de resposta do aquecimento deve ser de no máximo 10 segundos após ajuste, assegurando distribuição homogênea do calor em toda a superfície do leito. O equipamento deverá acompanhar no mínimo 05 sensores cutâneos reutilizáveis para controle de temperatura, apresentar display digital com visualização simultânea da temperatura da pele, da temperatura ajustada e do nível de potência aplicada, além de alarmes visuais e sonoros para situações de hipotermia ou hipertermia (variação superior a ± 0,5 °C do valor ajustado), falha ou desconexão de sensor e falha do sistema de aquecimento. Deverá contar com timer/cronômetro digital integrado, luz de exame acoplada com acionamento independente, bandeja ou suporte inferior para armazenamento de materiais e possibilidade de instalação de acessórios universais, como suporte de soro e balança, quando necessário. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático, 60 Hz, atendendo aos requisitos de segurança</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	<p>elétrica da ABNT NBR IEC 60601-1 e aos requisitos específicos da IEC 60601-2-21. O sistema deve possuir proteção contra sobreaquecimento e falhas elétricas. Deverão acompanhar como acessórios mínimos: 05 sensores cutâneos reutilizáveis e 01 suporte de soro universal. O equipamento deverá ser fornecido com manual de operação e manutenção em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA</p>
443179	<p>Descrição: BERÇO AQUECIDO COM SISTEMA DE REANIMAÇÃO NEONATAL. - Descrição complementar: O equipamento deverá possuir estrutura em material resistente à corrosão, de fácil higienização, com superfície de colchão plana e retangular, em dimensões mínimas de 65 cm x 40 cm, com encostos laterais e frontais removíveis ou rebatíveis, que permitam amplo acesso da equipe. Deverá ser provido de rodízios com diâmetro mínimo de 125 mm, sendo pelo menos dois com travas de segurança, e altura da plataforma do colchão ajustável entre 80 cm e 100 cm. O sistema de aquecimento deverá ser por radiação infravermelha, com elemento protegido contra contato direto, possuindo controle microprocessado com modos manual (em potência) e servocontrolado (por sensor cutâneo). A faixa de controle de temperatura cutânea deverá ser de 34,0 °C a 37,5 °C, com incrementos de 0,1 °C. O equipamento deverá possuir alarmes audiovisuais para alta e baixa temperatura, falha de sensor e falha de energia. Deverão ser fornecidos, no mínimo, 05 (cinco) sensores cutâneos de temperatura por unidade. O sistema de reanimação neonatal deverá ser acoplado ao berço, contemplando misturador de gases ar/O₂, com ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO₂) entre 21% e 100%, fluxo contínuo de 0 a 15 L/min, válvula limitadora de pressão (PIP) ajustável até pelo menos 60 cmH₂O, pressão expiratória positiva contínua (PEEP) ajustável até pelo menos 10 cmH₂O, e manômetro com escala de 0 a 100 cmH₂O. Deverá possuir tomadas para conexão a gases medicinais, ser compatível com ventilação por balão autoinflável ou peça em "T", e prever suporte para cilindro de oxigênio quando necessário. O equipamento deverá possuir display digital para visualização dos parâmetros de aquecimento e alarmes, proteção contra sobreaquecimento com desligamento automático e alarmes visuais e sonoros com níveis diferenciados de prioridade. Deverão acompanhar o equipamento, como acessórios mínimos: 01 (um) colchão com capa impermeável, removível, lavável, resistente a desinfetantes hospitalares e atóxica; 05 (cinco) sensores cutâneos de temperatura; 01 (uma) peça em "T" reutilizável e autoclavável; 01 (um) balão autoinflável neonatal; e 05 (cinco) protetores oculares neonatais descartáveis. O equipamento deverá operar em rede elétrica de 220 V ±10%, 60 Hz, ou ser bivolt automático, atendendo aos requisitos de segurança da norma ABNT NBR IEC 606011 e IEC 60601-2-21. Deverá possuir registro no Ministério da Saúde/ANVISA, em conformidade com a RDC 751/2022, e atender às disposições da RDC 611/2022. O fornecedor deverá entregar o manual do usuário em português, em meio físico e digital, bem como garantir a assistência técnica autorizada em território nacional. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA</p>



377113	<p>Descrição: BILIRRUBINÔMETRO TRANSCUTÂNEO PARA AVALIAÇÃO DE ICTERÍCIA NEONATAL. - Descrição complementar: "O equipamento deverá ser destinado à medição não invasiva dos níveis de bilirrubina em recém-nascidos por meio da pele, sem necessidade de coleta de sangue. A medição deverá ser transcutânea, com leitura imediata e apresentação direta dos resultados em tela. A faixa de medição deverá ser de pelo menos 0 a 20 mg/dL, com precisão máxima de $\pm 1,5$ mg/dL na faixa clínica de 0 a 15 mg/dL e resolução mínima de 0,1 mg/dL. O equipamento deverá possuir display digital integrado, de fácil leitura, com indicação clara dos valores medidos, e memória interna com capacidade para armazenar no mínimo 50 medições. Deverá dispor de interface para exportação de dados por cabo USB e sistema de calibração automática ou dispositivo de calibração incluso. A alimentação deverá ocorrer por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo, sendo obrigatória a possibilidade de substituição da bateria ao fim de sua vida útil, não sendo a mesma soldada ou de outra forma que dificulte a substituição. O equipamento deverá dispor de sinalização visual ou sonora para bateria fraca e para falhas de leitura. Deverá atender aos requisitos da ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e à RDC ANVISA nº 751/2022 (regularização de dispositivos médicos). Deverão acompanhar o equipamento os seguintes acessórios: 01 dispositivo de calibração (quando aplicável); 01 carregador de bateria compatível com rede elétrica nacional (100–240 V, 50/60 Hz); manual do usuário em português, em meio físico e digital. O equipamento deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo assistência técnica e fornecimento de peças originais." Possuir registro válido na ANVISA</p>
427235	<p>Descrição: CAPACETE DE ACRÍLICO NEONATAL PARA OXIGENOTERAPIA - TAMANHO GRANDE (G). - Descrição complementar: "Confeccionado em acrílico transparente, rígido, atóxico, não reciclado, liso, resistente ao impacto e de fácil higienização, com superfície sem arestas cortantes, rebarbas ou irregularidades. Deve possuir dimensões compatíveis com recém-nascidos e lactentes, no tamanho conforme nome do item/descrição principal, base anatômica para adaptação adequada ao pescoço, sem causar desconforto ou risco de lesão cutânea, além de abertura superior com tampa removível para acesso clínico e acomodação de sensores ou outros dispositivos. O equipamento deve apresentar conexões laterais padrão 22 mm (ou compatíveis com conexões universais), adequadas para entrada de fluxo de oxigênio e saída de exalação, permitindo fluxo contínuo de oxigênio entre 5 e 10 L/min, garantindo concentração adequada e evitando retenção de CO₂. O material deve ser compatível com processos de desinfecção química usuais em serviços de saúde (como hipoclorito, álcool 70% e glutaraldeído) e esterilização por óxido de etileno. Cada unidade deverá ser devidamente identificada com indicação de tamanho, lote e validade. O produto deve possuir registro na ANVISA, conforme RDC nº 751/2022. O fornecedor deverá entregar manual de instruções em português, em meio físico e digital. A garantia mínima exigida é de 12 meses contra defeitos de fabricação." Possuir registro válido na ANVISA</p>
427234	<p>Descrição: CAPACETE DE ACRÍLICO NEONATAL PARA OXIGENOTERAPIA - TAMANHO MÉDIO (M). - Descrição complementar: Confeccionado em acrílico transparente, rígido, atóxico, não reciclado, liso, resistente ao impacto e de fácil higienização, com superfície sem arestas cortantes, rebarbas ou irregularidades. Deve possuir dimensões compatíveis com recém-nascidos e lactentes, no tamanho conforme nome do item/descrição principal, base anatômica para adaptação adequada ao</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	<p>pescoço, sem causar desconforto ou risco de lesão cutânea, além de abertura superior com tampa removível para acesso clínico e acomodação de sensores ou outros dispositivos. O equipamento deve apresentar conexões laterais padrão 22 mm (ou compatíveis com conexões universais), adequadas para entrada de fluxo de oxigênio e saída de exalação, permitindo fluxo contínuo de oxigênio entre 5 e 10 L/min, garantindo concentração adequada e evitando retenção de CO₂. O material deve ser compatível com processos de desinfecção química usuais em serviços de saúde (como hipoclorito, álcool 70% e glutaraldeído) e esterilização por óxido de etileno. Cada unidade deverá ser devidamente identificada com indicação de tamanho, lote e validade. O produto deve possuir registro na ANVISA, conforme RDC nº 751/2022. O fornecedor deverá entregar manual de instruções em português, em meio físico e digital. A garantia mínima exigida é de 12 meses contra defeitos de fabricação. Possuir registro válido na ANVISA</p>
427233	<p>Descrição: CAPACETE DE ACRÍLICO NEONATAL PARA OXIGENOTERAPIA - TAMANHO PEQUENO (P). - Descrição complementar: Confeccionado em acrílico transparente, rígido, atóxico, não reciclado, liso, resistente ao impacto e de fácil higienização, com superfície sem arestas cortantes, rebarbas ou irregularidades. Deve possuir dimensões compatíveis com recém-nascidos e lactentes, no tamanho conforme nome do item/descrição principal, base anatômica para adaptação adequada ao pescoço, sem causar desconforto ou risco de lesão cutânea, além de abertura superior com tampa removível para acesso clínico e acomodação de sensores ou outros dispositivos. O equipamento deve apresentar conexões laterais padrão 22 mm (ou compatíveis com conexões universais), adequadas para entrada de fluxo de oxigênio e saída de exalação, permitindo fluxo contínuo de oxigênio entre 5 e 10 L/min, garantindo concentração adequada e evitando retenção de CO₂. O material deve ser compatível com processos de desinfecção química usuais em serviços de saúde (como hipoclorito, álcool 70% e glutaraldeído) e esterilização por óxido de etileno. Cada unidade deverá ser devidamente identificada com indicação de tamanho, lote e validade. O produto deve possuir registro na ANVISA, conforme RDC nº 751/2022. O fornecedor deverá entregar manual de instruções em português, em meio físico e digital. A garantia mínima exigida é de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>
452271	<p>Descrição: RADIÔMETRO PARA AFERIÇÃO DE IRRADIÂNCIA EM FOTOTERAPIA. - Descrição complementar: "Equipamento Radiômetro para aferição de irradiância em fototerapia – aplicação: verificação periódica da irradiância emitida por equipamentos de fototerapia neonatal, permitindo checagem de desempenho e ajuste da distância e posicionamento da fonte luminosa. O equipamento deverá ser portátil, digital, dedicado à fototerapia neonatal, com capacidade de medição direta em mW/cm² (Ebi, integrada de 400 a 550 nm) e/ou em µW/cm²/nm (espectral média no espectro azul), devendo permitir alternância de modo de leitura por tecla. A faixa de medição mínima para Ebi deverá ser de 0,00 a pelo menos 1,00 mW/cm², e para irradiância espectral média de 0 a pelo menos 100 µW/cm²/nm, com resolução mínima de 0,01 mW/cm² para Ebi e de 0,1 µW/cm²/nm para espectral. A resposta espectral deverá estar compreendida entre 400 e 550 nm, com máxima sensibilidade centrada no azul (≈450–470 nm), erro de correção cosseno inferior ou igual a 10% até 60°, repetibilidade máxima de 2% e exatidão global de ±10% do valor indicado ou melhor, com deriva anual inferior a 3%. O display digital deverá indicar claramente a unidade de medida, status de bateria, funções de HOLD e MÍN/MÁX, com teclas para</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	<p>seleção de modo de leitura, zeragem e retroiluminação quando disponível. O sensor deverá ser integrado ou destacável, com protetor e tampa de proteção, cabo com comprimento mínimo de 1,5 m (quando aplicável) e difusor para resposta cosseno. O equipamento deverá ser entregue com certificado de calibração inicial, rastreável ao INMETRO/RBC ou laboratório equivalente, com intervalo de recalibração recomendado de 12 meses e disponibilidade de serviço de calibração no Brasil. Deverá atender à métrica Ebi definida pela IEC 60601-2-50, bem como estar em conformidade com a ABNT NBR IEC 60601-1 ou IEC 61010-1 para segurança elétrica e IEC 61326-1 ou IEC 60601-1-2 para compatibilidade eletromagnética, além de possuir regularização sanitária junto à ANVISA conforme RDC 751/2022. A alimentação deverá ser por pilhas ou baterias comuns (AA, AAA ou 9 V), com autonomia mínima de 20 horas de uso contínuo, desligamento automático programável e indicação de bateria fraca. O equipamento deverá operar em condições ambientais entre 10 e 40 °C e umidade de 10 a 90% sem condensação, sendo fornecido com estojo rígido de transporte, tampa protetora do sensor, jogo de baterias, número de série gravado no corpo do equipamento e certificado de calibração. A documentação deverá incluir manual de operação e manutenção de primeiro nível em português do Brasil, em versão impressa e digital (PDF). A garantia mínima será de 24 meses para equipamento e sensor, com assistência técnica e serviço de calibração disponíveis em território nacional, assegurando prazo máximo de até 10 dias corridos para atendimento técnico. A entrega deverá ser acompanhada de relatório de teste de recebimento, comprovando leitura estável em fonte-padrão ou em equipamento de fototerapia de referência, registrando distância e valor obtido, bem como etiqueta de próxima calibração afixada no corpo do equipamento." Possuir registro válido na ANVISA</p>
466174	<p>Descrição: RESSUSCITADOR NEONATAL TIPO T PARA VENTILAÇÃO ASSISTIDA. - Descrição complementar: Deverá ser ressuscitador neonatal do tipo T, destinado à ventilação pulmonar assistida em recém-nascidos, com faixa de pressão inspiratória ajustável entre 10 e 60 cmH₂O e faixa de pressão expiratória final positiva (PEEP) ajustável entre 2 e 20 cmH₂O. O fluxo de gás deverá ser ajustável entre 5 e 15 L/min. O equipamento deverá possuir manômetro analógico ou digital integrado, com escala mínima de 0 a 80 cmH₂O, e permitir ventilação controlada por fluxo com pressão limitada, independente da pressão da rede. O sistema deve ser compatível com fonte de oxigênio e ar comprimido medicinal, possibilitando mistura com concentração de O₂ variável de 21% a 100%. As entradas devem possuir conexões padrão universal compatíveis com roscas normatizadas ABNT e a saída deve ser adequada para conexão em máscara facial neonatal ou tubo orotraqueal com conector padrão 15 mm, conforme ISO 5356-1. O fornecimento deverá incluir 05 (cinco) circuitos respiratórios neonatais completos, compostos cada um por traqueia corrugada de silicone ou material equivalente resistente à autoclavagem, válvula PEEP, peça em T com conexão para máscara ou tubo e máscara facial neonatal tamanho padrão. O corpo principal deverá ser fabricado em polímero de engenharia ou liga metálica resistente à corrosão, compatível com higienização hospitalar. O equipamento deve ser fornecido acompanhado de manual de operação em português, em meio físico e digital, e possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica e reposição de peças no território nacional. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%
454905	<p>Descrição: SONAR FETAL DOPPLER - DETECTOR SONAR FETAL COM DOPPLER DIGITAL PORTÁTIL PARA MONITORAÇÃO CONTÍNUA DE FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL, SENSIBILIDADE A PARTIR DE 9 SEMANAS, COM TRANSDUTOR DE NO MÍNIMO 2 MHZ.</p> <p>- Descrição complementar: "Deverá ser portátil, microprocessado, destinado à ausculta e monitoramento dos batimentos cardíacos fetais, com frequência de operação do transdutor em 2,0 MHz \pm 0,1 MHz e modo de operação contínuo (Doppler fetal). O equipamento deverá possuir display digital de cristal líquido (LCD) ou similar, com indicação da frequência cardíaca fetal em batimentos por minuto (BPM), apresentando faixa de medição de 50 a 240 BPM e precisão de leitura de \pm 2 BPM. Deverá permitir indicação visual no display e sonora por meio de alto-falante embutido, com controle de volume ajustável e saída para fone de ouvido padrão 3,5 mm. O transdutor deverá ser resistente à umidade, com cabo de no mínimo 1,5 m de comprimento. A alimentação será realizada por bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 4 horas de uso contínuo, acompanhada de carregador bivolt automático (100 – 240 V, 50/60 Hz). O peso máximo do equipamento deverá ser de 1,5 kg. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60601-1 (segurança elétrica), ABNT NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e RDC ANVISA nº 751/2022 (regularização de dispositivos médicos). Cada unidade deverá ser fornecida com 01 (um) transdutor completo, 01 (um) frasco de gel condutor de no mínimo 250 g, carregador compatível e bolsa para transporte. Deverá acompanhar manual de operação em português, em meio físico e digital. O fornecedor deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação." Possuir registro válido na ANVISA</p>
443216	<p>Descrição: INCUBADORA NEONATAL PARA USO ESTACIONÁRIO. - Descrição complementar: Equipamento Incubadora Neonatal para uso estacionário, destinada à manutenção de ambiente termoneutro, com controle de temperatura, umidade e oxigenação, para cuidados intensivos e intermediários em recém-nascidos. Deverá ser microprocessada, de uso estacionário, equipada com capota em acrílico transparente de parede dupla, removível para higienização, contendo portinholas laterais e frontais com mangas de acesso e porta(s) frontal e/ou traseira rebatível(s). O colchão removível confeccionado em espuma de alta resiliência, com densidade compatível com o suporte ao recém-nascido (mínimo D28 ou tecnologia equivalente em redução de pressão), revestido em capa impermeável e lavável. O sistema de aquecimento deverá operar por ar aquecido com circulação forçada, permitindo faixa de controle de temperatura do ar entre 25 °C e 37 °C e de temperatura cutânea entre 34 °C e 38 °C, com precisão mínima de \pm0,5 °C. O display digital deverá apresentar simultaneamente valores ajustados e medidos. Deverá dispor de alarmes visuais e sonoros para alta e baixa temperatura, falha de energia e falha de sensores. Deverá possuir sistema de controle de umidade ajustável entre 40% e 90% UR, com reservatório de água removível e lavável, entrada para oxigênio suplementar com controle manual de fluxo e filtro de ar substituível, fornecido com uma peça adicional. O berço deverá permitir ajuste de inclinação mínimo de \pm12°, apresentar dimensões internas mínimas de 65 cm de comprimento, 35 cm de largura e 20 cm de profundidade, e suportar carga mínima de 10 kg. A estrutura deverá ser montada em pedestal com rodízios de no mínimo 100 mm de diâmetro, sendo ao menos dois com</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	<p>travas, e dispor de bandeja ou prateleira inferior para acomodação de utensílios. Deverá possuir alarmes adicionais visuais e sonoros para falha de aquecimento, falha de ventilação e falha de sensores, com diferenciação de prioridade entre alarmes críticos e de atenção. Deverá acompanhar os seguintes acessórios mínimos: 01 colchão conforme especificado, 02 sondas de temperatura cutânea reutilizáveis, 01 suporte para soro/infusão, 01 bandeja inferior para utensílios e 01 filtro de ar adicional. O equipamento deverá atender às normas de segurança elétrica ABNT NBR IEC 60601-1 e de desempenho específico ABNT NBR IEC 60601-2-19, além de possuir registro na ANVISA em conformidade com a RDC 751/2022. Deverá ser fornecido com manual do usuário em português, em meio físico e digital, e certificado de garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Deverá ser realizado treinamento presencial no local de instalação, abrangendo operação e manutenção de primeiro nível, em cada unidade contemplada, todas localizadas no município de Fortaleza/CE. Possuir registro válido na ANVISA. O equipamento deverá, obrigatoriamente, ser fornecido com misturador de ar e oxigênio (blender) integrado ou acoplado (nesse caso, deverá ser fornecido suporte), incluindo reservatório umidificador e fluxômetro compatível, permitindo o ajuste contínuo e preciso da concentração de oxigênio (FiO2) variável de, pelo menos, 21% a 100%</p>
453533	<p>Descrição: APARELHO DE FOTOTERAPIA CONVENCIONAL EM SUPORTE PARA TRATAMENTO DE ICTERÍCIA NEONATAL. - Descrição complementar: Deverá ser destinado ao tratamento de icterícia neonatal por emissão luminosa na faixa azul. A fonte luminosa deverá ser composta por tecnologia em LED de alta intensidade, na cor azul, contendo no mínimo 12 LEDs, apresentando vida útil mínima de 20.000 (vinte mil) horas. O espectro de emissão deverá estar compreendido entre 400 e 550 nm, com pico em 450 ± 20 nm. A irradiância efetiva mínima deverá ser de $30 \mu\text{W}/\text{cm}^2/\text{nm}$, medida a uma distância de 30 cm do foco de aplicação, em pelo menos 6 (seis) pontos distintos da área útil. A área de cobertura luminosa deverá ser, no mínimo, de 30 cm x 40 cm a uma distância de 30 cm. O suporte deverá ser do tipo de chão, provido de estrutura com rodízios, sendo no mínimo 2 (dois) com travas, com altura ajustável entre 90 cm e 150 cm, medidos a partir do piso até a parte inferior do cabeçote emissor. O cabeçote deverá possuir ajuste de inclinação. O equipamento deverá possuir interruptor liga/desliga e indicador visual de funcionamento. Deverá contar com sistema de dissipação de calor que evite aquecimento excessivo do equipamento e do ambiente do paciente. A segurança elétrica deverá estar em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 60601-1 e demais normas aplicáveis. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático (127/220 V), 60 Hz. Deverá acompanhar o fornecimento: 01 (um) suporte de chão com rodízios e travas, 05 (cinco) protetores oculares neonatais reutilizáveis, bem como manual de operação e manutenção em português, em meio físico e digital. A garantia mínima deverá ser de 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento, incluindo manutenções preventivas, testes de segurança elétrica e calibrações conforme norma (NBR) aplicável ou manual do fabricante, o que for mais exigente, incluindo peças e mão de obra. Possuir registro válido na ANVISA</p>
454855	<p>Descrição: CARDIOTOCÓGRAFO_ COM MONITOR FETAL, FREQUENCIA CARDÍACA FETAL, CONTRAÇÃO UTERINA E MOVIMENTA FETAL. DETECÇÃO AUTOMÁTICA FETAL,</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • 2º andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	<p>DISPLAY DE LED DA FHR E UC. TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE. - Descrição complementar: "Cardiotocógrafo microprocessado, destinado ao monitoramento simultâneo da frequência cardíaca fetal (FCF) e das contrações uterinas, com capacidade de monitorar no mínimo dois fetos de forma independente. Deverá possuir faixa de frequência cardíaca fetal mínima de 40 a 240 bpm e faixa de medição da atividade uterina de 0 a 100 unidades Montevideo (UM) ou equivalente, por meio de transdutor de toco externo. A resolução mínima dos traçados deverá ser de 1 bpm para FCF e de 1 unidade para atividade uterina. O equipamento deverá dispor de display gráfico digital, colorido, com no mínimo 10 polegadas, permitindo a visualização simultânea de FCF e contrações uterinas em tempo real. Deverá conter impressora térmica integrada, com velocidade mínima de 1 cm/minuto e largura mínima de papel de 100 mm, com possibilidade de ajuste da velocidade de impressão. O sistema deverá dispor de alarmes audiovisuais programáveis para valores de FCF fora da faixa e para perda de sinal, além de permitir marcação de eventos pelo operador com registro no traçado impresso. O armazenamento interno deverá comportar no mínimo 12 horas de monitoramento contínuo, devendo possibilitar a exportação dos exames em formato digital (PDF, JPEG ou equivalente) por meio de porta USB. A alimentação elétrica deverá ser em 220 V ou bivolt automático, 50/60 Hz, com proteção contra sobrecarga. O equipamento deverá possuir bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 2 horas de funcionamento contínuo. Deverá acompanhar, no mínimo: 02 transdutores de ultrassom fetal, 01 transdutor de toco, 01 sensor de movimento fetal (quando disponível comercialmente), 03 cintas elásticas reutilizáveis, 01 suporte para transdutores e cabos de alimentação compatíveis com a rede elétrica nacional. Deverá ser fornecido manual de operação em português, em versão física e digital. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 meses. O fornecedor deverá realizar treinamento presencial, no local da instalação, para a equipe designada em cada unidade contemplada, abrangendo operação, cuidados de rotina e orientações de manutenção preventiva de primeiro nível." Possuir registro válido na ANVISA</p>
--	---

Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número GDTY5GZ3

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5512470 e código GDTY5GZ3

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR: